



Comissão
Europeia

PANORAMA

Foco na Política Regional e Urbana

INVERNO 2018 / N.º 67



Renânia-Palatinado:
apoio transfronteiriço



Articular
desafios
urbanos
e soluções



Os prémios
RegioStars no
papel principal

Política Regional
e Urbana



Património
cultural:
alargar
horizontes

PANORAMA

Nesta edição...

A edição de inverno da revista *Panorama*, que está agora disponível para transferência, abrange um vasto leque de temas, desde questões urbanas até à cultura, passando pela transição energética.

Abrimos a edição com um relatório da presidência austríaca sobre a forma como a respetiva equipa preparou as negociações no Conselho relativamente ao pacote legislativo de 2021-2027. A nossa entrevista deste número é uma conversa conjunta com a Ministra-presidente, Malu Dreyer, e o Ministro da Economia, Volker Wissing da Renânia-Palatinado. Analisamos também o contributo dos fundos da UE para o Ano Europeu do Património Cultural, a forma como estão a ajudar as regiões em transição industrial e descrevemos alguns dos projetos apoiados através do programa Ações Urbanas Inovadoras.

A secção «Nas suas próprias palavras» faz uma exposição sobre Castela-Mancha, a Finlândia e o sul da Polónia. Alguns jovens apresentam

também a sua experiência no âmbito do programa «Interreg Volunteer Youth» e do programa mediático «Youth4Regions».

Conversamos com os vencedores dos prémios Regiostars deste ano, lembramos algumas imagens da edição deste ano da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios e apresentamos alguns destaques do recém-publicado anuário regional do Eurostat de 2018. A secção dedicada aos projetos faz uma visita à Polónia, Dinamarca, Eslováquia, Itália e Grécia.

Boa leitura!



AGNÈS MONFRET

Chefe da Unidade de Comunicação, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Comissão Europeia



EDITORIAL.....	03	NOTÍCIAS BREVES.....	35
PRESIDÊNCIA AUSTRIACA: LEVAR A CABO A MISSÃO.....	04	MAPAS: PONDERAR A IGUALDADE DE GÉNERO.....	36
COMPROMISSO COM AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS.....	07	COOPERAÇÃO TERRITORIAL NO DOMÍNIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL.....	38
SOLUÇÕES INOVADORAS PARA OS DESAFIOS URBANOS.....	08	O FINANCIAMENTO DA UE É CRUCIAL PARA O PROGRESSO DA POLÓNIA.....	42
ENTREVISTA: MALU DREYER E VOLKER WISSING DA RENÂNIA-PALATINADO.....	12	POLÍTICA DE COESÃO: REFLEXÕES DA FINLÂNDIA.....	43
AJUDAR AS REGIÕES PRODUTORAS DE CARVÃO EM TRANSIÇÃO.....	14	CASTELA-MANCHA PRETENDE O REFORÇO E A MELHORIA DA COESÃO.....	44
DESTAQUE PARA OS TERRITÓRIOS COM ESPECIFICIDADES GEOGRÁFICAS.....	18	PROJETO CYBER DO INTERREG EUROPE.....	45
SOB O OLHAR FOTOGRÁFICO: SERM.....	20	AS REGIÕES DA EUROPA NAS ESTATÍSTICAS.....	46
OS MELHORES DA «MASTER CLASS» DA SERM.....	22	COMBATE À FRAUDE E À CORRUPÇÃO NO DOMÍNIO DO FINANCIAMENTO.....	50
OS VENCEDORES DOS PRÉMIOS REGIOSTARS EM DESTAQUE.....	24	PONTO DE DADOS: INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	52
JOVENS JORNALISTAS DÃO A SUA OPINIÃO.....	28	ESTRATÉGIA DO ESTURJÃO DO DANÚBIO.....	54
INTERREG VOLUNTEER YOUTH.....	32	PROJETOS DA DINAMARCA, ITÁLIA/GRÉCIA, ESLOVÁQUIA E POLÓNIA.....	55
EUSALP: «APRESENTE O SEU PROJETO À UE».....	34		

EDITORIAL

Há dois meses, na edição anterior da *Panorama*, incentivei os leitores a aproveitarem a oportunidade da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios para contribuir para a atual reflexão que está a lançar as bases da política de coesão da próxima década. O que não sabíamos na altura é que a SERM deste ano seria a maior reunião de sempre de intervenientes na política de coesão. Mais de 7 000 parceiros reuniram-se no Square Conference Center, em Bruxelas, para participar no evento que foi aberto pelo Presidente Juncker.

Este grande êxito não é apenas um bom augúrio para o futuro da nossa política. É também uma prova da sua vitalidade e capacidade para proporcionar uma Europa melhor, mais justa e mais forte, graças ao envolvimento de milhares de pessoas empenhadas por toda a União. A pouco meses das eleições europeias, é fundamental falar sobre tudo o que conseguimos concretizar em conjunto para as regiões e para os cidadãos.



Em primeiro lugar, procurando assegurar que nenhuma região ou cidadão fique à margem, a política de coesão manteve-se fiel às suas raízes. Exemplos como a iniciativa «Catching-Up Regions», ou o trabalho desenvolvido para facilitar a integração dos migrantes são, sem dúvida, marcos fundamentais neste sentido. Sem esquecer, naturalmente, o enorme apoio do Fundo de Solidariedade da UE às regiões atingidas por catástrofes naturais, ou os esforços que envidamos continuamente para ultrapassar os obstáculos à vida e ao trabalho transfronteiriços.

Além disso, intensificámos o apoio prestado às regiões da UE em transição industrial, identificando as suas vantagens competitivas e apoiando as PME na transição para uma economia livre de carbono. Por exemplo, a iniciativa que levámos a cabo recentemente para as regiões carboníferas em transição ajudou mais de 40 regiões em 12 Estados-Membros diferentes a encontrarem

novas oportunidades de crescimento. Ao apoiar a diversificação económica e cerca de 120 estratégias de especialização inteligente no terreno, a política de coesão tornou-se um catalisador decisivo da resiliência, da competitividade e de uma maior convergência socioeconómica entre as regiões.

Finalmente, empenhámo-nos, mais do que nunca, num esforço contínuo de fazer melhor e de forma mais simples, em consonância com o compromisso que assumi quando iniciei funções. Trabalhámos arduamente com vista a medir e a aumentar o impacto da nossa política, nomeadamente através do lançamento de uma plataforma abrangente de dados abertos, ou através da colaboração com o Plano de Investimento de Juncker. Habilitámos também o grupo de alto nível para a simplificação a apresentar propostas de simplificação significativas, que foram tidas em conta no Regulamento Omnibus e na reflexão que levámos a cabo sobre o futuro da política de coesão.

Podemos sentir-nos verdadeiramente orgulhosos de todas estas concretizações! Graças ao vosso apoio constante, estou certa de que haverá muitas mais e de que as nossas ações continuarão a dar corpo à essência da política de coesão: melhorar a vida quotidiana dos cidadãos europeus. ■

Corina Crețu

Comissária Europeia para a Política Regional



«Menos é mais!»

Reunião do Conselho Assuntos Gerais (Coesão), 30 de novembro de 2018

Entrevista com a equipa da Presidência austríaca da UE sobre o estado das negociações no Conselho, sobre a respetiva abordagem à simplificação, e ainda sobre um apoio de quatro patas

A 31 de dezembro chega ao fim a Presidência austríaca do Conselho da UE. Com as propostas da Comissão relativamente à política de coesão pós-2020 publicadas apenas um mês antes do início da Presidência, a Áustria e os respetivos negociadores desempenharam um papel central na criação do cenário para discussões no Conselho. A *Panorama* conversou com os membros da equipa austríaca sediada em Bruxelas: Johannes Rossbacher, Alexander Ferstl e Christoph Klemencic.

Qual o ponto da situação relativamente ao pacote legislativo para 2021-2027?

Johannes Rossbacher: Devo dizer que estamos no bom caminho. Estamos perto de chegar a um acordo sobre capítulos fulcrais do Regulamento Disposições Comuns. Além disso, o Regulamento FEDER está praticamente terminado do lado do Conselho. Com cinco propostas legislativas sobre a mesa, o nosso grupo de trabalho do Conselho deu o seu melhor para conseguir um progresso rápido e de grande alcance.

Qual foi a abordagem adotada para as negociações?

Alexander Ferstl: Para começar, estávamos convencidos de que as propostas da Comissão são razoáveis e de que constituem um autêntico passo em frente em termos de simplificação. Tendo isto em mente, tentámos limitar as alterações ao

texto jurídico proposto. Acreditamos que nem tudo tem de ser regulado e, nesse sentido, menos é mais!

E tiveram êxito?

Christoph Klemencic: Sim, creio que sim. Mantivemos os elementos de simplificação que a Comissão propôs e fomos ainda mais além. Veja-se o exemplo do acordo de parceria. Porque é que um Estado-Membro com uma baixa dotação orçamental ou com um único programa multifundos tem de fazer o esforço extra de redigir um documento destes? A nossa proposta de saltar este passo extra em alguns casos foi igualmente aprovada pelos ministros no Conselho a 30 de novembro.

Existe acordo quanto ao orçamento?

JR: As discussões sobre o quadro financeiro plurianual serão concluídas ao mais alto nível. Trabalhámos – e estamos a trabalhar

« O nosso papel, enquanto Presidência, era sermos um mediador independente e construirmos pontes. »

– para acertar nas modalidades de implementação. Demos prioridade aos elementos dos regulamentos de que as nossas autoridades dos programas nas regiões precisam para os respetivos programas futuros. Assim, uma vez tomada a decisão sobre as finanças, podemos facilmente estabelecer ligações.

Então quais são esses elementos?

AF: Tudo o que envolve auditoria e controlo, programação e planeamento, bem como condicionalidades e desempenho. Sei que isto não parece muito interessante, mas as autoridades de gestão precisam de saber o que esperar; e precisam

de começar a criar as suas estruturas de implementação para futuros programas. Com esta estratégia, esperamos ganhar tempo valioso e garantir um rápido início dos programas. Isto tem de começar a acontecer em 2021, não em 2022 ou 2023.

Olhando para os últimos seis meses, quais foram os principais desafios nas negociações?

CK: Diria que tivemos de encontrar compromissos entre todos os tipos de frações: os pagadores líquidos e os recebedores líquidos, as diferentes abordagens no este, oeste, norte e sul; e, por vezes, opiniões muito diferentes independentemente destes dois aspetos. O nosso papel, enquanto Presidência, era sermos um mediador independente e construirmos pontes. Por outro lado, isto não significa que tivéssemos de agradar sempre a todos.

JR: Nunca é fácil chegar a uma solução de compromisso. Talvez saibamos que temos um bom compromisso em mãos

quando todos à volta da mesa estão um pouco contentes e um pouco descontentes em simultâneo.

O que se segue nas negociações?

AF: Em janeiro, os nossos colegas da Roménia assumirão a Presidência e darão continuidade ao elevado ritmo que impusemos. Com uma ou duas reuniões semanais do grupo de trabalho e uma abordagem relativamente semelhante, é expectável um progresso rápido e maior nos próximos meses. Depois do acordo no Conselho, terá início a fase do trólogo. Estou convencido de que o Conselho, a Comissão e o Parlamento não divergem assim tanto nas suas perspetivas.

Numa nota mais pessoal, como correu o trabalho na Presidência?

JR: Esta foi a minha terceira Presidência austríaca, pelo que já sabia com o que contar: dias longos, reuniões ao domingo e trabalho de equipa muito intensivo. E, em bom rigor, não teríamos conseguido

Unir esforços em prol da política de coesão: reunião informal do grupo de trabalho do Conselho para as medidas estruturais na Áustria (Burgenland), setembro de 2018



« Mantivemos os elementos de simplificação que a Comissão propôs e fomos ainda mais além. »



Paul Unglaub, Johannes Rossbacher, Alexander Ferstl (com a Elvira), Christoph Klemencic

sem o maravilhoso apoio de Viena, excelentes colegas no secretariado do Conselho, o nosso polivalente Paul – e uma ajuda adicional da cadela do Alexander!

Um canídeo da Presidência?

AF: Sim, a minha cadela esteve conosco a maioria do tempo. A Elvira, é assim que ela se chama, mantinha-nos animados e conseguia sempre distrair as nossas atenções dos regulamentos durante uns instantes. Num período tão desafiante, foi uma clara ajuda.

JR: Curiosamente, eu antes tinha medo de cães e isto alterou por completo essa situação. Vou mesmo sentir falta do «apoio» da menina Elvira – um membro pleno da equipa!

Parece que se divertiram!

CK: Sim, sem dúvida! O meu ponto alto: em certa ocasião, um colega do Conselho não ouviu corretamente o nome do nosso presidente e depois tratou-o por «your highness» (Sua Alteza) em vez de «Jo-hannes». Esta clara confusão fonética, admitamos, é muito presidencial.

AF: E não esqueçamos os nossos colegas croatas que começaram a fazer o canto tirolês! Organizámos uma breve sessão de formação durante a receção de abertura e eles ainda sabem como se faz! Deveras impressionante...

JR: A diversão ajuda seguramente numa tarefa hercúlea como a Presidência da UE, sem dúvida! ■



Fotografados na Conferência dos Presidentes das regiões ultraperiféricas da UE de 2018. Fila da frente, da esquerda para a direita: Ramón Luis Valcárcel, Ignacio Sánchez Amor, Fernando Clavijo, Rei Felipe VI, Corina Crețu, Ana Paula Zacarias, Daniel Gibbs; Fila de trás, da esquerda para direita: Claude Plenet, Marie-Luce Plenchar, Alfred Marie-Jeanne, Vasco Cordeiro, Miguel Machado de Albuquerque, Yolaine Costes, Mohammed Sidi

Compromisso concreto com as regiões ultraperiféricas

Por ocasião da conferência anual das regiões ultraperiféricas, realizada um ano após o lançamento da nova estratégia da UE que lhes foi dedicada, a comissária responsável pela Política Regional Corina Crețu mostra de que forma a UE assumiu os seus compromissos no sentido de apoiar estas regiões.

Existem, pelo menos, 21 propostas no âmbito do próximo orçamento da UE que têm em conta as especificidades das regiões ultraperiféricas – o que representa a tradução em oportunidades concretas da atenção especial prestada pela Comissão Juncker a estas regiões. Por exemplo, foi proposto que as regiões continuem a beneficiar de financiamento adicional específico e da taxa mais elevada de cofinanciamento europeu. Além disso, considerando a sua situação geográfica única, propõe-se que possam investir fundos da UE em aeroportos; tendo sido também criada uma vertente específica do Interreg para estas regiões, com um orçamento específico, para incentivar a cooperação entre os respetivos vizinhos.

Foram recentemente aprovadas novas regras relativas aos auxílios estatais para ajudar os pescadores das regiões ultraperiféricas a adquirir novas embarcações, com um nível de auxílio mais elevado para as pequenas embarcações e para assegurar, mediante determinadas condições, uma pesca sustentável.

Foram também abertas novas vias para o crescimento através do apoio à investigação e à inovação. Por exemplo, a Comissão lançou o projeto FORWARD com 4,3 milhões de EUR do programa Horizonte 2020, através do qual 24 parceiros das nove regiões analisarão os seus sistemas de inovação e mobilizarão intervenientes locais, incluindo a indústria, em torno de estratégias baseadas nos seus pontos fortes específicos. Assegurarão também ligações mais estreitas entre as suas regiões e as redes de inovação europeias ou internacionais, com vista a aumentar a sua participação no futuro programa de investigação Horizonte Europa.

A Comissão está também a trabalhar em conjunto com as regiões ultraperiféricas e os seus Estados-Membros no sentido de encontrar soluções adaptadas aos seus desafios específicos. Após uma primeira experiência bem-sucedida no domínio da transição energética na ilha da Reunião, a Comissão criou um segundo grupo de trabalho específico para melhorar a gestão de resíduos e promover a economia circular nas ilhas Canárias. Todas as partes envolvidas trabalharão em conjunto para enfrentar este grande desafio com vista a melhorar a qualidade de vida no arquipélago.

A posição das regiões ultraperiféricas em futuros programas, bem como estas iniciativas, complementam o diálogo direto e contínuo entre a Comissão Juncker e estas nove regiões e constituem o símbolo de uma parceria cada vez mais estreita a todos os níveis.

HISTÓRIAS URBANAS



Ações Urbanas Inovadoras: teste de soluções inovadoras e medição de resultados

As Ações Urbanas Inovadoras proporcionam recursos aos municípios da UE para financiarem projetos inovadores, com uma verba total de 372 milhões de EUR, proveniente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para o período de 2014-2020. O objetivo é identificar, testar e disseminar soluções concretas para desafios urbanos comuns.

Até hoje, foram selecionados 55 projetos de toda a UE em três concursos lançados em 2015, 2016, e 2017; decorre presentemente um quarto concurso. Os municípios podem candidatar-se em linha até ao final de janeiro de 2019 (ver pormenores abaixo). Um quinto e último concurso será lançado no final de 2019.

<https://www.uia-initiative.eu/en/call-proposals>

Cada projeto dispõe de três anos para implementar as respetivas soluções inovadoras e para medir os resultados. O quarto ano serve para difundir as lições aprendidas. Também podem advir lições importantes do fracasso. Na verdade, estes projetos visam testar soluções inovadoras, o que significa que podem acarretar o risco de não se alcançarem os resultados esperados.

Os concursos dizem respeito aos desafios sociais identificados na Agenda Urbana da UE (ver artigo na *Panorama* 66). Abrangem questões sociais, como a integração dos migrantes e a pobreza, questões ambientais, nomeadamente a economia circular e as alterações climáticas, bem como questões económicas, como o emprego e a digitalização.

Dentro de um tópico, os promotores de projetos constroem muitas vezes uma solução inovadora que combina componentes socioeconómicos e ambientais numa abordagem integrada, que é característica dos projetos das AUI, juntamente com uma abordagem ascendente. No final, as soluções são o resultado de uma conceção conjunta com as partes interessadas locais.

- ▶ 1.º concurso lançado em 2015: 17 projetos selecionados
- ▶ 2.º concurso lançado em 2016: 16 projetos selecionados
- ▶ 3.º concurso lançado em 2017: 22 projetos selecionados
- ▶ O 4.º concurso está a decorrer em linha até ao final de janeiro de 2019
- ▶ O 5.º concurso será lançado em setembro de 2019

Para o próximo período de programação de 2021-2027, a Comissão gostaria de promover a ligação entre os desafios urbanos, a inovação e o hiato de conhecimentos especializados entre os intervenientes locais. Seguidamente, propõe criar a Iniciativa Urbana Europeia que integrará e desenvolverá novas atividades com base em iniciativas existentes, tais como as AUI, a Urbact e a Agenda Urbana da UE. ■


SAIBA MAIS

<https://www.uia-initiative.eu/en>



© EuroGeographics Association para as fronteiras administrativas

Ações Urbanas Inovadoras: projetos aprovados

-  Adaptação às alterações climáticas
-  Qualidade do ar
-  Economia circular
-  Transição energética
-  Habitação
-  Integração de migrantes e refugiados
-  Emprego e competências na economia local
-  Mobilidade urbana
-  Pobreza urbana





Antuérpia (BE), Integração dos migrantes e refugiados

«Com esta iniciativa pretendemos assegurar que os jovens refugiados tenham a oportunidade de reconstruir a sua vida em Antuérpia. A nossa primeira prioridade é a integração destes jovens que, como todos os jovens, merecem esse apoio adicional. A iniciativa CURANT combina compaixão humana e responsabilidade social. Esperamos que Antuérpia possa ser um exemplo importante para outras cidades.»

Fons Duchateau, Presidente do Departamento de Previdência Social, Antuérpia



DURAÇÃO DO PROJETO:
02/2017 – 10/2019

INVESTIMENTO DA UE:
4 894 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES:
<https://www.uia-initiative.eu/en/uia-cities/antwerp>



Bilbau (ES), Emprego e competências na economia local

«Consideramos que investir no conhecimento é investir no futuro, e que os empresários destinam-se a ser os arquitetos da economia do futuro. A Ação Urbana Inovadora AS-Fabrik reúne todos os nossos pontos fortes e representa a força motriz da futura economia de Bilbau.»

Juan Mari Aburto, autarca de Bilbau



DURAÇÃO DO PROJETO:
08/2017 – 07/2020

INVESTIMENTO DA UE:
4 646 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES:
<https://www.uia-initiative.eu/en/uia-cities/bilbao>



Turim (IT), Pobreza urbana

«O projeto Co-City constitui uma oportunidade extraordinária para apoiar novas formas de participação ativa dos cidadãos na regeneração da cidade. Conto que sejam criadas novas empresas em torno deste novo modelo de relação entre os setores público e privado, gerando novas oportunidades de emprego e postos de trabalho em Turim.»

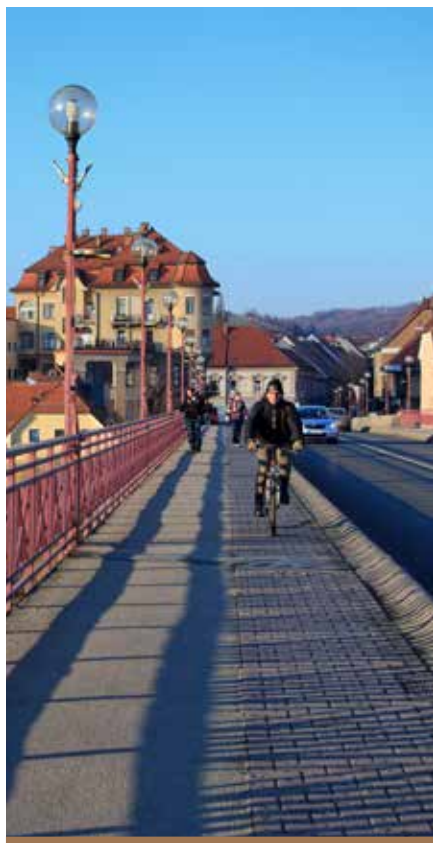
Chiara Appendino, autarca de Turim



DURAÇÃO DO PROJETO:
03/2017 – 02/2020

INVESTIMENTO DA UE:
4 126 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES:
<https://bit.ly/2Ry5dyE>



Maribor (SI), Economia circular

«Apenas uma cooperação estreita entre as empresas públicas, os cidadãos, a indústria e a administração local poderá levar a um sistema mutuamente interligado bem-sucedido, que otimiza recursos e resultados económicos, ambientais e sociais. Trata-se de um projeto a longo prazo de transformação para uma sociedade diferente, que garante uma gestão centrada no desenvolvimento de recursos em zona locais e regionais.»

Andrej Fištravec, autarca de Maribor



DURAÇÃO DO PROJETO:
12/2017 – 11/2020

INVESTIMENTO DA UE:
3 000 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES:
<https://bit.ly/2AS48uC>



Lahti (FI), Mobilidade urbana

Mobilidade urbana sustentável é um domínio prioritário de Lahti para os próximos anos. O nosso objetivo é encontrar as formas mais inspiradoras de levar um maior número de pessoas a deslocarem-se a pé, de bicicleta e a utilizarem os transportes públicos. Através do projeto CitiCAP, iremos desenvolver um incentivo público inteiramente novo, o comércio pessoal de licenças de emissão de carbono, que poderá revolucionar a participação dos cidadãos na atenuação das alterações climáticas.»

Jyrki Myllyvirta, autarca de Lahti



DURAÇÃO DO PROJETO:
01/2018 – 12/2020

INVESTIMENTO DA UE:
3 800 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES:
<https://bit.ly/2RDqpn6>



Gotemburgo (SE), Transição energética

«O projeto FED confirma Gotemburgo como pioneira no desenvolvimento de soluções energéticas de uma sociedade livre de combustíveis fósseis. A ideia é reduzir o consumo energético, estabelecendo um mercado local para a eletricidade, o aquecimento e a refrigeração. Esperamos que este modelo se mostre capaz de acelerar a transição energética em toda a Europa.»

Ann-Sofie Hermansson,
autarca de Gotemburgo



DURAÇÃO DO PROJETO:
11/2016 – 10/2020

INVESTIMENTO DA UE:
4 655 000 EUR

MAIS INFORMAÇÕES:
<https://bit.ly/2Ud7ssQ>

Investir na política de coesão: uma prioridade para o Renânia-Palatinado

A Ministra-presidente Malu Dreyer e o Ministro da Economia Dr. Volker Wissing da Renânia-Palatinado apresentam as suas perspetivas sobre o apoio atual e futuro da política de coesão na região.

Mainz, Alemanha

Como é que responde à percepção de que as regiões mais prósperas, em termos comparativos, dos Estados-Membros contribuintes líquidos não necessitam do apoio da política de coesão?

Ministra-presidente Malu Dreyer: Evidentemente, a região da Renânia-Palatinado é uma das mais desenvolvidas da UE. Os objetivos europeus não podem ser alcançados sem regiões fortes, mas mesmo as regiões fortes precisam de apoio estrutural. A dotação de fundos ajuda ainda a veicular o impacto positivo da UE no terreno, para lá dos aspetos meramente financeiros.

O atual programa regional visa reforçar a inovação, aumentar a competitividade das PME e apoiar a transição para uma economia hipocarbónica. Em que medida é que estes objetivos foram atingidos?

Ministro Dr. Wissing: Com 40 % do financiamento do FEDER alocado, damos prioridade à investigação e ao



Malu Dreyer
Ministra-presidente da
Renânia-Palatinado



Dr. Volker Wissing
Ministro da Economia da
Renânia-Palatinado

desenvolvimento no âmbito do programa do FEDER para a Renânia-Palatinado. Os fundos da UE reforçam, de forma sistemática e consistente, a capacidade de inovação das empresas e, logo, a economia da região. Além disso, aumentarão significativamente a eficiência das instituições de pesquisa e das universidades.

Ao ajudar as PME, por exemplo apoiando a modernização ou a expansão de instalações empresariais, o FEDER está a contribuir significativamente para estimular a competitividade das empresas e para criar e manter emprego em partes menos desenvolvidas do país.

« Os fundos da UE reforçam, de forma sistemática e consistente, a capacidade de inovação das empresas e, logo, a economia da região. »

O FEDER apoia ainda medidas para alcançar objetivos políticos no domínio da proteção climática e o objetivo de crescimento sustentável, em linha com a Estratégia UE 2020, incluindo através do recém-lançado programa de apoio para aumentar a eficiência na utilização da energia e dos recursos em empresas (ERGU). Qualquer investimento subsidiado numa empresa conduz a um aumento da eficiência na utilização da energia e dos recursos.

O Interreg é um pilar fundamental da política de coesão. De que contactos dispõe com outras regiões europeias e como retira vantagem desses contactos?

Ministra-presidente Malu Dreyer: A Renânia-Palatinado é o estado alemão com o maior número de países europeus vizinhos. Com a França, o Luxemburgo, a Bélgica e os Países Baixos, os programas Interreg A «Grande Região», «Alto Reno» e «Eurorregião Mosa-Reno» permitem-nos ter uma relação próxima e de confiança desde o primeiro período de financiamento. Além disso, existe o programa Interreg B «Europa do Noroeste» que presentemente se estende da Irlanda à Alemanha central.

Através de inúmeros projetos, algumas instituições na Renânia-Palatinado cooperaram com parceiros em regiões vizinhas, acionaram investimentos, realizaram investigações e experienciaram uma Europa sem fronteiras. Particularmente na Grande Região, onde a Renânia-Palatinado coopera com o Sarre, com Lorena, com o Luxemburgo e com a Bélgica oriental, é fundamental ter uma estreita cooperação europeia, especialmente para o mercado de trabalho e a mobilidade: a nossa região tem os maiores fluxos de trabalhadores pendulares da UE.

Por essa razão, temos grandes esperanças de que os programas Interreg futuros aproximem os cidadãos das regiões fronteiriças e encontrem potenciais soluções para a mobilidade, a proteção ambiental e uma economia sustentável, inovadora e digital. Eu espero, por isso, que seja disponibilizado financiamento suficiente para os programas Interreg, de modo a podermos continuar a enfrentar estes desafios.

Uma abordagem inovadora aos FEEI envolveu o uso de fundos rotativos e outros instrumentos de engenharia financeira.

Como é que usam esses instrumentos?

Ministro Dr. Wissing: Desenvolvemos o Fundo de Inovação da Renânia-Palatinado como instrumento financeiro, para mencionar um exemplo. O fundo, que é cofinanciado pelo FEDER, garante capital de risco a empresas emergentes orientadas para a tecnologia, sob a forma de participações abertas ou passivas em condições apelativas, que pode ser usado para desenvolver e lançar produtos, processos de produção e serviços inovadores. Isto melhora a base de equidade destas empresas e cria os pré-requisitos financeiros para o lançamento bem-sucedido de empresas de tecnologia.

Olhando para os FEEI 2021-2027, como vê a evolução das prioridades da política de coesão?

Ministro Dr. Wissing: No que respeita aos objetivos políticos da Comissão para o próximo período de financiamento, podemos continuar a apoiar as empresas, especialmente no desenvolvimento tecnológico e na implementação da inovação, e a melhorar simultaneamente as infraestruturas de investigação. É igualmente

importante que apoiemos empresas em áreas economicamente subdesenvolvidas da Renânia-Palatinado na construção de novos edifícios, ampliações e modernização. Estamos a levar a cabo um programa bem-sucedido e diversificado de promoção para as PME, ao qual queremos dar continuidade. Esperamos que os projetos de regulamentos submetidos até agora sejam alterados de modo a ter isto em consideração.

Procuramos atingir o objetivo de uma Europa hipocarbónica e, através do nosso programa ERGU, podemos aumentar a eficiência na utilização da energia e dos recursos em empresas comerciais. As empresas que poupam CO₂, que consomem menos energia ou materiais, ou que reduzem o desperdício podem receber apoio financeiro através do programa.

Contudo, estamos preocupados com as negociações do novo quadro financeiro plurianual (QFP) da UE. A proposta da Comissão, de maio de 2018, já prevê uma redução significativa na verba total do FEDER. O Conselho e o Parlamento devem chegar a um compromisso responsável que tenha em conta as reais necessidades das regiões europeias, de modo a reforçar a competitividade local e, acima de tudo, o desenvolvimento rural. A política de coesão europeia é um modelo de sucesso à escala mundial e isso deveria refletir-se no próximo QFP. ■



Apoio às regiões carboníferas em transição para economias sustentáveis

Com o encerramento de minas nas regiões da Europa que ainda produzem carvão, a UE presta apoio no sentido de ajudar a economia destas regiões a tornar a transição tão suave quanto possível para empresas mais sustentáveis e mais ecológicas – proporcionando novas oportunidades de crescimento e emprego.

O carvão era um dos principais combustíveis da Europa. No entanto, à medida que a UE faz a transição para uma economia com impacto neutro no clima, tal como previsto na recente comunicação da Comissão intitulada «Um Planeta Limpo para Todos – Estratégia a longo prazo da UE para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima», a produção e o consumo de carvão estão a diminuir.

Essa transição já está bem encaminhada. Em 1990, o carvão representava quase 41% do consumo bruto de energia nos atuais 28 países da UE, ao passo que em 2015 este número

havia diminuído para 16%. Apesar da redução gradual da sua utilização desde a década de 1990, o carvão continua a ser importante, em particular para muitos dos países que aderiram à UE em 2004 e 2007. Atualmente, cerca de 185 000 cidadãos europeus estão diretamente empregados nas operações de extração de carvão ainda ativas em 41 regiões de 12 países da UE. Outros 53 000 trabalham em centrais elétricas a carvão (ver «Carvão na UE – um retrato»).

A experiência demonstrou que, sem um planeamento a longo prazo e medidas de apoio, a transição pode ser penosa. As antigas regiões de extração carbonífera podem ser afetadas por décadas de desemprego estrutural, com consequências sociais significativas para as pessoas, as suas comunidades e as finanças públicas.

Em resposta, a Comissão Europeia lançou uma iniciativa destinada a prestar apoio personalizado às regiões fortemente dependentes do carvão e do carbono.

Paralelamente, lançou também uma ação-piloto para regiões em transição industrial, com uma seleção de 12 regiões. Esta ação irá ajudar a testar novas abordagens à transição industrial e a permitir que a Comissão Europeia disponha de elementos de prova para servir de base às políticas e programas pós-2020.

Estas iniciativas complementares criam novas formas de abordar os desafios que as regiões enfrentam na gestão da transição para economias mais inteligentes, mais ecológicas e com impacto neutro no clima, com um enfoque particular nas suas estratégias de especialização inteligente.

Contribuem igualmente para a visão da UE de modernizar a economia da Europa através da digitalização, da inovação tecnológica e social, da descarbonização e da economia circular.

Um artigo mais pormenorizado sobre a ação-piloto relativa à transição industrial será publicado numa edição futura da *Panorama*. Este artigo centra-se na iniciativa para as regiões fortemente dependentes do carvão e do carbono, em transição.

Nenhuma região fica à margem

A UE está empenhada em garantir que nenhuma região fique à margem na transição em curso para uma sociedade sustentável e no afastamento de uma economia assente em combustíveis fósseis. Em particular, a política de coesão apoia respostas estruturais e a longo prazo aos desafios que as regiões enfrentam quando fazem a transição para uma economia com impacto neutro no clima. A política de coesão, com a sua abordagem integrada baseada no local e a especialização inteligente, é o principal instrumento político da UE para abordar as mudanças estruturais, nomeadamente no contexto da transição para as energias limpas. Trabalha em parceria com os intervenientes no terreno, numa abordagem holística.

O objetivo é ajudar as regiões a tornarem-se mais resilientes e a adaptarem-se aos impactos económicos, sociais e territoriais resultantes da transição. Por exemplo, as medidas apoiam as PME, as incubadoras de empresas, a inovação, a cooperação entre a indústria e os investigadores, as competências a nível de reforço de capacidades, os transportes sustentáveis, a inclusão social e a transição para uma economia hipocarbónica.

As estratégias de especialização inteligente estão no cerne de grande parte do trabalho realizado através da iniciativa para as

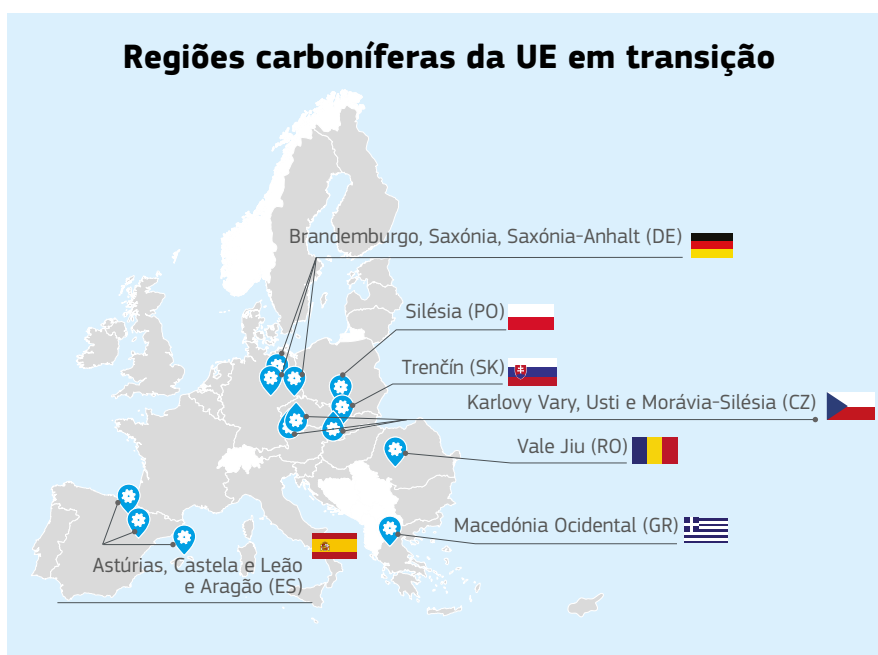
regiões fortemente dependentes do carvão e do carbono, em transição. Essas estratégias ajudam as regiões a diversificar as suas economias e a efetuar transformações estruturais que apoiam uma economia pós-carvão sustentável.

Através destas medidas, a política de coesão está a prestar um contributo decisivo para a iniciativa nas regiões fortemente dependentes do carvão e do carbono em transição, tanto para as equipas nacionais constituídas para ajudar regiões-piloto específicas como para a plataforma que envolve diversas partes interessadas e que presta apoio personalizado.

«A UE está empenhada em garantir que nenhum cidadão e nenhuma região fiquem à margem na transição para uma economia hipocarbónica», afirma Corina Crețu, Comissária para a Política Regional. «A política de coesão da UE investe significativamente para promover o crescimento e o emprego nas regiões carboníferas, ajudando-as a identificar, desenvolver e investir em novos domínios de força concorrencial – aquilo a que chamamos especialização inteligente.»

Equipas nacionais – adaptadas às necessidades de uma região

No âmbito da primeira vertente da iniciativa, as equipas nacionais operacionais facultam conhecimentos especializados e prestam aconselhamento em matéria de financiamento adaptado à situação específica de cada região, fase de desenvolvimento e estratégia de crescimento. Em 2017 e 2018, a Comissão Europeia lançou, a pedido, uma série de equipas destinadas a apoiar as regiões-piloto carboníferas nos seus esforços de transição.



Atualmente, a iniciativa presta assistência personalizada a 13 regiões-piloto em sete países da UE: Silésia (Polónia), Trenčín (Eslováquia), Macedónia Ocidental (Grécia), Vale Jiu (Roménia), Karlovy Vary, Usti e Morávia-Silésia (Chéquia), Brandemburgo, Saxónia, Saxónia-Anhalt (Alemanha) e Astúrias, Castela e Leão, e Aragão (Espanha).

As equipas interagem estreitamente com as autoridades regionais e nacionais e com outros intervenientes relevantes para encontrar soluções pragmáticas para os desafios colocados pela transformação estrutural. As equipas nacionais apoiam o desenvolvimento de estratégias e projetos com o objetivo de acelerar o processo de diversificação económica e de transição tecnológica. Além disso, orientam as regiões sobre a melhor forma de acederem ao financiamento disponível, alavancarem as suas estratégias de especialização inteligente, impulsionarem empresas inovadoras e implementarem estratégias de descarbonização.

Estas estratégias podem incluir, por exemplo, a diversificação para a utilização de fontes de energia limpas como parte da transição. As iniciativas do projeto podem incluir a construção de centrais de energia geotérmica em antigas minas de carvão, o investimento em eletromobilidade, a digitalização e os centros de dados, a criação de parques de inovação, a formação de comunidades energéticas locais e o desenvolvimento de atividades turísticas e agrícolas. Podem ser elegíveis para os mecanismos de financiamento existentes na UE, incluindo o financiamento da política de coesão, que proporciona um quadro de investimento estável a longo prazo e já responde a muitos dos desafios nestas regiões, sendo simultaneamente flexível (através de reprogramação) quando surgem novas necessidades ou situações inesperadas.

As regiões-piloto partilham, então, as experiências deste trabalho através da plataforma das regiões carboníferas em transição.

Partilha de conhecimentos especializados

A plataforma, lançada no final de 2017, reúne representantes regionais e nacionais, parceiros sociais, a indústria e a sociedade civil com vista à partilha das melhores práticas e à aprendizagem recíproca. Permite o acesso a apoio técnico, ao reforço de capacidades e à partilha de experiências com outras partes da Europa.

Peritos da Comissão Europeia prestam assistência através de apoio e instrumentos, tais como intercâmbios entre pares ou assistência técnica para facilitar a elaboração de uma estratégia de transição coerente.

Estes peritos constataram que os países da UE e as regiões carboníferas em transição estão muito motivadas para desenvolver estratégias e tomar medidas concretas. As vantagens para os participantes podem incluir assistência com estratégias de aperfeiçoamento e ideias de projetos com potencial para iniciar o processo de transição, incluindo opiniões sobre políticas, programas, fundos e financiamentos relevantes da UE em debates especializados com a Comissão e peritos externos.

Dois grupos de trabalho integram o leque de conhecimentos especializados disponibilizados aos participantes da plataforma. Estes grupos facilitam o diálogo sobre boas práticas, ideias de projetos e estratégias regionais. Eles também mantêm laboratórios orientados para os projetos, que envolvem peritos da Comissão e peritos externos.

O grupo de trabalho para a transformação económica e estrutural pós-carvão abrange estratégias e projetos centrados na diversificação económica das regiões carboníferas. O grupo de trabalho para a transformação de sistemas energéticos e ar limpo centra-se em estratégias e projetos destinados a melhorar a qualidade do ar e em tecnologias do carvão compatíveis com a visão de longo prazo da UE para uma economia com impacto neutro no clima.

Além disso, estão ainda em curso outras medidas no âmbito da iniciativa para as regiões, fortemente dependentes do carvão e do carbono, em transição. A Comissão está a trabalhar no sentido de atrair investidores internacionais para financiarem projetos nas regiões carboníferas visadas. Por exemplo, lançou uma dessas parcerias com o investidor norte-americano Michael Bloomberg e a Bloomberg Philanthropies.

O Vice-Presidente da Comissão Europeia para a União da Energia, Maroš Šefčovič, afirma que o objetivo é posicionar a UE como polo internacional de competências para a transição regional e promover a cooperação multilateral.

«A ação climática começa nas nossas regiões», afirma o Comissário Šefčovič. «É por este motivo que lançámos um apoio estrutural para as regiões fortemente dependentes do carvão e do carbono – para apoiar a modernização das suas economias

e abordar os impactos sociais da transição para uma economia hipocarbónica. Está em causa a saúde das pessoas, o seu emprego, bem como as oportunidades para o futuro.»

A plataforma das regiões carboníferas em transição é liderada pela Direção-Geral da Energia da Comissão Europeia, em estreita cooperação com a Direção-Geral da Política Regional e Urbana e Direção-Geral da Investigação e da Inovação, que copresidem os grupos de trabalho.

No início de 2019, será criado um secretariado específico para a iniciativa, que disponibilizará conjuntos de ferramen-

tas, orientação e assistência técnica a todas as regiões fortemente dependentes do carvão e do carbono da UE para elaboração e implementação das suas estratégias de transição e projetos conexos.

O financiamento para estas regiões está disponível, por exemplo, através da política de coesão, do programa Horizonte 2020, do programa LIFE e do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2pZbfyV>

O carvão na UE – um retrato

CONSUMO DE ENERGIA

1990
41 % carvão



2015
16 % carvão

207 centrais elétricas a carvão
em 21 países da UE

6 países dependem do carvão para pelo menos **20 %** da sua energia (Bulgária, Chéquia, Alemanha, Grécia, Polónia e Eslováquia)



128 minas de carvão em **12 países da UE**
41 regiões

185 000 europeus diretamente empregados na indústria carbonífera



53 000 pessoas empregadas em centrais elétricas a carvão



215 000 empregos indiretos dependentes de **atividades carboníferas**

Fonte: Regiões carboníferas da UE: oportunidades e desafios futuros, Centro Comum de Investigação

Apoio da política de coesão para regiões de montanha, insulares e com densidade populacional muito baixa



A política de coesão presta particular atenção às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes, tais como as regiões de montanha, insulares e com densidade populacional muito baixa (artigo 174.º do TFUE).

O quadro regulamentar dos FEEI para 2014-2020 estabelece disposições, como a derrogação da concentração temática ou ajustes da taxa de cofinanciamento, e oferece diversas possibilidades de colmatar as necessidades dessas regiões e de apoiar o respetivo potencial.

Em 2014-2020, 15 Estados-Membros salientaram, nos respetivos documentos de programação (acordos de parceria), os desafios que enfrentam devido às suas características montanhosas ou insulares, ou à sua baixa densidade populacional. A DG REGIO encomendou

uma análise pericial, com vista a obter um conhecimento aprofundado sobre como estes Estados-Membros estão a usar as possibilidades para apoiar e reforçar o desenvolvimento das regiões insulares, de montanha e com densidade populacional muito baixa, através da política de coesão da UE, no período de programação 2014-2020.

Gilda Carbone, autora de «Expert Analysis on Geographical Specificities Mountains, Islands and Sparsely Populated Areas Cohesion Policy 2014-2020», expõe as principais descobertas da sua investigação, apresentada na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios de 2018, em Bruxelas.

Qual a abordagem dos Estados-Membros para lidar com territórios com especificidades geográficas?

Levámos a cabo um inquérito junto das autoridades de gestão relevantes nos diferentes Estados-Membros e descobrimos diferentes abordagens e perspetivas entre

elas. Cada país lidava de forma diferente com os territórios com especificidades geográficas: programas operacionais (PO) dedicados (por ex. o programa regional das Ilhas do Egeu do Sul na Grécia ou o PO das Ilhas Baleares em Espanha) ou parte de uma área programática mais ampla (por ex. o PO para a Lorena e o maciço dos Vosges em França).

Embora nem sempre expressamente referido na secção específica dos acordos de parceria e dos PO, as necessidades particulares destes territórios foram geralmente consideradas e abordadas nos documentos de programação e, em alguns casos, foram usados instrumentos territoriais integrados.

Quais são os principais desafios identificados relativamente às regiões de montanha, insulares e com densidade populacional muito baixa?

A preservação e a proteção do ambiente constituem, geralmente, prioridades essenciais para regiões com especificidades

geográficas. Um dos principais desafios consiste em encontrar um bom equilíbrio entre a eficiência ambiental e de recursos, por um lado, e fatores socioeconómicos para o crescimento e o desenvolvimento, por outro.

Outros setores importantes de intervenção são a conectividade, tanto física como digital, o melhor acesso aos serviços públicos e as energias renováveis.

Como é que os Estados-Membros usaram as possibilidades oferecidas pelo quadro regulamentar de 2014-2020 para a política de coesão?

Houve um fraco aproveitamento das possibilidades oferecidas pelos Regulamentos dos FEEI 2014-2020 (como a derrogação da concentração temática, ajustes da taxa de cofinanciamento, etc.). Estas disposições foram usadas de forma muito limitada e aparentaram ser desnecessárias (ou seja, as taxas de cofinanciamento superiores conduzem a um menor investimento público nacional global).

A atenção prestada aos territórios com especificidades geográficas foi de certa forma garantida na fase de implementação através de outros meios, como a atribuição de pontos adicionais a projetos que visavam estas regiões na fase de seleção (por ex. em Itália, o PO Friuli Venezia Giulia). Identificámos igualmente alguns bons exemplos de criação de instrumentos financeiros específicos (por ex. um IF nacional para a ilha de Bornholm na Dinamarca ou um IF gerido pela Almi Invest na Suécia) e de conceção de estratégias locais integradas para questões específicas também relacionadas com o carácter insular, montanhoso ou de baixa densidade populacional dos territórios (por ex. a estratégia Provere em Portugal ou a estratégia para zonas interiores em Itália).

Existe continuidade e consistência entre a programação e a implementação no atual período de programação?

Existe suficiente continuidade e consistência do planeamento no acordo de parceria com a programação no PO, embora exista também margem para melhorar, especialmente no que concerne à implementação concreta e ao lançamento de concursos específicos para projetos direcionados para essas regiões.

A análise pericial identificou ainda projetos de boas práticas para cada categoria de territórios (regiões de montanha, insulares e com densidade populacional muito baixa), selecionados a partir de todos os projetos muito válidos reportados pelas autoridades de gestão dos PO selecionados.

Quais são as principais mensagens para uma política de coesão 2021-2027 próxima dos territórios com especificidades geográficas?

A política de coesão deve continuar a desempenhar um papel importante no apoio às regiões de montanha, insulares e com densidade populacional muito baixa. Os territórios com especificidades geográficas não constituem um bloco único, pelo que a abordagem de base local contribui definitivamente para a coesão territorial desses territórios, na medida em que assenta nas necessidades locais e regionais, constrói-se com base nos pontos fortes específicos desses territórios e visa revelar o potencial inerente.

Os futuros regulamentos devem proporcionar um ambiente flexível, simples e favorável, para dar resposta às necessidades e aos desafios dos territórios com especificidades geográficas. Existem múltiplas formas de satisfazer

as necessidades destas regiões (investimentos territoriais integrados, desenvolvimento local de base comunitária, instrumentos de engenharia financeira, atribuição de pontos adicionais a projetos em regiões com especificidades geográficas na fase de seleção, etc.). Querer é poder!

Tendo em conta a sua longa experiência em questões de política regional, quais considera serem as questões essenciais para ajudar ao potencial destas regiões?

A abordagem integrada é essencial, especialmente em territórios com especificidades geográficas; as intervenções podem ter um maior impacto se se centrarem em setores diferentes, embora interligados.

O intercâmbio de boas práticas e de conhecimentos entre países e regiões que enfrentam desafios similares (ou seja, insularidade ou montanhas, etc.) poderia facilitar e aumentar a criação de estratégias territoriais integradas e instrumentos financeiros direcionados. É fundamental aprender com os pares.

Além disso, os programas de Cooperação Territorial Europeia e as estratégias macrorregionais desempenham um papel importante, porque muitos destes territórios situam-se nas fronteiras dos países da UE, o que significa que uma abordagem coordenada seria inquestionavelmente uma mais-valia. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2RkQsX>

SOB O OLHAR FOTOGRAFICO



O Square Conference Center no Mont des Arts em Bruxelas foi o principal local do evento deste ano



O Vice-Presidente Maroš Šefčovič e a Comissária Corina Crețu no evento de alto nível: União da Energia em ação – A Política de coesão apoia as regiões carboníferas em transição



SEMANA EUROPEIA DAS REGIÕES E DOS MUNICÍPIOS 2018

Graças a mais de 6 000 participantes e 300 parceiros em representação de mais de 140 regiões e municípios de toda a Europa, a Semana Europeia de Regiões e dos Municípios deste ano revelou-se uma das mais bem-sucedidas até à data. Apresentamos um retrato dos inúmeros eventos, *workshops*, exposições e apresentações que contribuíram para o debate sobre o papel de uma política de coesão forte na resposta aos desafios futuros na UE.



SAIBA MAIS

https://europa.eu/regions-and-cities/_en

2019

As datas da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2019 estão agora confirmadas: **7 – 10 de outubro de 2019**

Para a 17.ª edição da **#EURegionsWeek**, os parceiros são convidados a apresentar as suas **propostas** de sessões (*workshops*, palestras Regio, laboratórios participativos ou apresentações seguidas de perguntas e respostas) e/ou exposições e possíveis degustações no Agora Village. As candidaturas podem ser apresentadas entre **30/01/2019 e 29/03/2019**

Para a 12.ª edição dos prémios **RegioStars**, será possível apresentar, **até cinco candidaturas por programa**, independentemente da categoria. A Comissária Corina Crețu lançará o concurso a **19 de fevereiro**, juntamente com o Comissário Vytenis Andriukaitis. Prazo para a apresentação das candidaturas: **9 de maio**.

A 3.ª edição do programa **# Youth4Regions** será lançada a **8 de abril** para estudantes ou recém-licenciados em jornalismo. Prazo para a apresentação das candidaturas: **meados de julho**.

Subscreva o nosso boletim informativo para receber as informações mais recentes: https://europa.eu/regions-and-cities/home_en



Uma pequena pausa no workshop sobre «O futuro da saúde na Europa»



Os participantes partilham ideias no workshop «Economia social e empreendedorismo para as Regiões da UE»



Colaboradores mais jovens falam no debate sobre «o poder da participação dos jovens nos municípios de média dimensão»



Todos os olhares virados para a campanha #EUandME, que apresenta cinco curtas-metragens que mostram de que forma os direitos e os benefícios da UE melhoram a nossa vida quotidiana



Em primeiro plano, os vencedores da iniciativa Ações Urbanas Inovadoras, que oferece recursos às cidades para o financiamento de projetos inovadores



A Comissária Corina Crețu e os membros do júri de 2018 aplaudem os vencedores dos prémios RegioStars deste ano



Sorrisos para o Centro de Negócios e Serviços Partilhados português, vencedor dos prémio RegioStars 2018 na categoria «Apoio à transição industrial inteligente»



Durante uma visita ao Greenbizz, os participantes aprendem mais sobre as instalações e os serviços disponíveis para apoiar projetos de economia sustentável



Ver com os próprios olhos: experiência em primeira mão das exposições dedicadas ao desenvolvimento territorial



A URBACT no Centro Urbano que possui um espaço de realidade virtual, uma área para reuniões e jogos e um auditório aberto



Kenneth da Irlanda, e Susann, da Estónia, relatam as suas aventuras no projeto «Road Trip»



Anthony Gardner, antigo Embaixador dos EUA na UE encerra da melhor maneira uma SERM muito bem-sucedida



Quando os responsáveis pela política de coesão se reúnem com jovens investigadores

Wolfgang Petzold e Madeleine Nygrund apresentam o relatório da 6.^a «master class» sobre a política de coesão da UE na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios de 2018, realizada em Bruxelas, de 8 a 11 de outubro.

«O elevado valor da "master class" consiste em ficar com uma ideia das instituições e do seu trabalho, conhecer os representantes das instituições da UE e saber as questões que tratam e de que forma o fazem. É uma oportunidade única na multiplicidade de cursos de doutoramento que existem.» Estas palavras, proferidas por um dos 30 doutorandos e investigadores em início de carreira que participaram na recente «master class» sobre a política de coesão da UE, resume muito bem o objetivo deste formato único que tem sido uma característica da #EURegionsWeek desde há seis anos.

A avaliação do impacto da política de coesão da UE tem sido um princípio da sua conceção desde então. Por conseguinte, não é de estranhar que cerca de 800 das 6 000 pessoas que participam anualmente na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios se dediquem à investigação. Este facto torna o evento numa das maiores reuniões anuais de académicos na área da política urbana e regional a nível mundial. A ideia subjacente ao conceito da «master class» era conceder

acesso, a esses académicos mais promissores, aos criadores da política de coesão da UE em Bruxelas.

O conceito foi lançado em 2013, quando a Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia e o Comité das Regiões Europeu (CR) congregaram forças com a Associação de Estudos Regionais. A partir de 2015, a European Regional Science Association (ERSA), a Association of European Schools of Planning (AESOP) e o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu associaram-se ao grupo de organizadores.

Uma excelente oportunidade

Anualmente, no início de maio, entre 80 e 120 pessoas concorrem para participar no formato de cinco dias. Têm de ser doutorandos ou professores assistentes e devem enviar uma proposta de artigo, cuja versão final será apresentada para debate durante a «master class». Desde 2013, registaram-se 180 participantes e um inquérito efetuado junto destes confirmou que a oportunidade de compreender melhor as instituições da UE e a possibilidade de se tornar parte de uma comunidade internacional de investigação são muito apreciadas. Antigos alunos da «master class» publicaram artigos e livros em conjunto e prosseguiram a sua carreira como professores assistentes ou investigadores em projetos internacionais.



Wolfgang Petzold

Diretor-Adjunto do Comité das Regiões Europeu

Os 30 doutorandos e investigadores em início de carreira que frequentaram a «master class» de 2018 eram provenientes de 13 Estados-Membros da UE e de dois países não pertencentes à UE (Albânia e Estados Unidos da América). Os seus artigos, sintetizados num «livro» de 334 páginas (não público), centraram-se em três temas: (1) remodelação da governação e das relações institucionais; (2) coesão e cooperação territorial; e (3) eficácia da política na resposta aos desafios de desenvolvimento enfrentados pelas regiões europeias. Receberam reações de 12 representantes da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do CR durante as sessões no início da semana.

Um agenda abrangente

As sessões, os painéis de debate, as reuniões segundo a metodologia world café e as palestras informais subsequentes constituíram uma oportunidade para conhecer 30 decisores políticos, funcionários e académicos de renome da UE. Um dos destaques foi o painel de debate sobre o futuro da política de coesão da UE, com Iskra Mihaylova, deputada do Parlamento Europeu e presidente do Comité do Desenvolvimento Regional, Marc Lemaître, Diretor-Geral da DG REGIO, e Johannes Rossbacher, atual presidente do grupo de trabalho do Conselho da UE para as medidas estruturais. Moderado pelo professor John Bachtler, Diretor do Centro de Investigação sobre Políticas Europeias em Glasgow e Delft, o debate abrangeu a dinâmica das negociações sobre os regulamentos para o período de



Madeleine Nygrund

*Administradora, Direção da Comunicação,
Comité das Regiões Europeu*

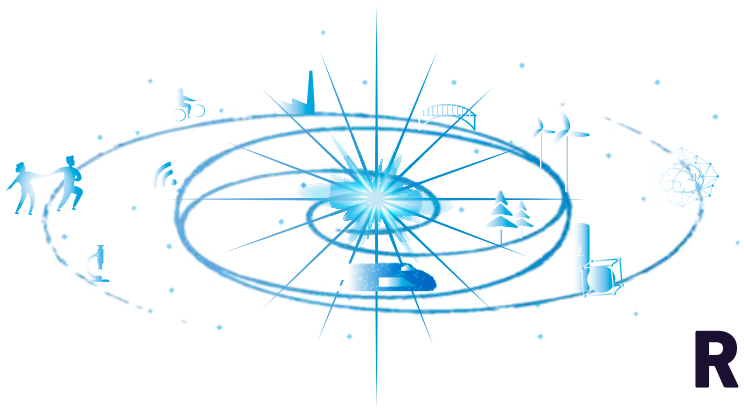
2021-2027 e o papel dos elementos de prova e da investigação neste contexto. Noutras sessões, os participantes puderam debater o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Estudos do Parlamento Europeu e os desafios dos projetos de investigação internacionais. Metade de cada sessão é geralmente dedicada ao debate e à interação para evitar quaisquer comunicações unidirecionais extensas.

No balanço da «master class», os participantes manifestaram-se de forma muito positiva relativamente à avaliação do programa, da organização e da relevância do curso para as suas carreiras futuras. Apreciaram particularmente o facto de se reunirem com representantes das instituições da UE e de aprenderem mais sobre as ligações entre a investigação, incluindo a levada a cabo pelos mesmos, e a elaboração de políticas.

A título de conclusão, a «master class» representa um formato único que reúne jovens investigadores altamente motivados e uma comunidade interinstitucional de decisores políticos, funcionários e académicos interessados. Trata-se de um investimento a longo prazo que contribui para a qualidade da investigação sobre a política de coesão da UE. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2DQ1fQ>



RegioStars 2018

Uma vez mais, os prémios RegioStars da Comissão Europeia colocaram alguns dos projetos mais inovadores das regiões da Europa sob as luzes da ribalta. Os vencedores foram anunciados a 9 de outubro pela Comissária Corina Crețu, numa cerimónia espetacular em Bruxelas, integrada na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2018. Os prémios correspondiam a cinco categorias: transição industrial, economia hipocarbónica, acessibilidade dos serviços públicos, desafios da migração e património cultural. Para aumentar a emoção, foi revelado um sexto vencedor, selecionado entre os 21 finalistas através de uma votação do público.



A economia rural adere à alta tecnologia, Fundão, Portugal

A pequena cidade rural do Fundão está a atrair investimentos, criando oportunidades de emprego e promovendo a inovação graças ao projeto Centro de Negócios e Serviços Partilhados (CNSP). Promoveu um centro de negócios, formação profissional e apoio a empresas com enfoque nas TI para a educação (TICE). A aposta na alta tecnologia valeu a pena. O centro atraiu 14 empresas especializadas, criando 500 postos de trabalho altamente qualificados e gerou 68 start-ups e 200 projetos de investimento privado em diversos setores, antigos e novos.



Transformar trapos em tecidos de qualidade através da reciclagem, Helsínquia-Uusimaa, Finlândia

Um sistema de demonstração de transformação desenvolvido no projeto TeKiDe recicla resíduos têxteis à base de algodão, convertendo-os em fibras novas. Nos testes, esta plataforma de demonstração transformou antigos tecidos de algodão em fibras semelhantes à viscose. As fibras eram de suficiente alta qualidade para serem utilizadas num vestido para uma gala nacional. Futuramente, a plataforma de demonstração ajudará a acelerar o desenvolvimento de processos sustentáveis para regenerar fibras de celulose e resolver questões relacionadas com a reciclagem e a transformação de resíduos têxteis.



Município desenvolve projeto-piloto de habitação social, Ostrava, Chéquia

O município de Ostrava levou a cabo um projeto-piloto para um sistema de habitação social destinado a pessoas que não têm acesso a habitação própria, uma vez que a Chéquia não possui legislação nacional em matéria de habitação social. Criou procedimentos para a apresentação de candidaturas a habitação social e para avaliar a falta de habitação, em cooperação com os bairros da cidade. Os inquilinos também recebem apoio dos serviços sociais, se necessário. Até ao momento, o projeto já atribuiu 105 apartamentos para alojamento de famílias (cinco apartamentos em situações de urgência e 100 apartamentos para habitação social), tendo recebido sugestões dos inquilinos com vista a otimizar o sistema.



Maior acesso ao património galês, Nant Gwrtheyrn, País de Gales

Um projeto de renovação modernizou um centro de língua galesa situado numa pedreira abandonada do século XIX, na aldeia de Nant Gwrtheyrn, para criar um popular centro de património e turismo galês. Uma estrada de acesso nova, salas de ensino de línguas, um centro de ensino, um café e uma sala de jantar, bem como alojamentos turísticos renovados acolhem hóspedes na pitoresca povoação litoral durante todo o ano. Nant Gwrtheyrn emprega atualmente mais de 30 pessoas e recebe mais de 50 000 visitantes por ano, registando um volume de negócios superior a 1,7 milhões de EUR em 2018.



Balcão único para a integração de refugiados, Múrcia, Espanha

O Serviço Regional de Emprego e Formação de Múrcia estabeleceu um protocolo de colaboração com quatro ONG para apoiar os refugiados na sua integração. O protocolo promove a articulação entre os serviços de emprego, os serviços sociais e as ONG com o objetivo de prestar um apoio mais eficiente e integral aos refugiados, para que estes se tornem membros independentes das comunidades locais. Os refugiados beneficiam de aconselhamento personalizado, formação e aulas de língua para que possam procurar trabalho e estabelecer uma nova vida num processo que visa minimizar tensões e maximizar as possibilidades de sucesso.



Restaurar o passado da porcelana de Ílhavo, Ílhavo, Portugal

A porcelana é uma parte importante do património industrial de Ílhavo, onde está localizada a Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, fundada em 1842. Este projeto procedeu ao restauro e ampliação do Museu Vista Alegre para permitir mostrar melhor a sua história industrial e uma coleção única de mais de 30 000 peças de porcelana dos séculos XIX e XX. Atualmente, a dimensão do museu é quase 20 vezes superior à inicial, enquanto uma capela e um teatro nas imediações foram objeto de obras de renovação para acolher eventos culturais e particulares, impulsionando o turismo na região.



OS FATORES DE SUCESSO

Os vencedores foram projetos integrados e sustentáveis, concebidos com a participação da comunidade ou das partes interessadas. Consequentemente, o sucesso de muitos deles foi tal que as iniciativas estão a ser integradas nas políticas públicas nacionais ou a reforçar a reputação das suas regiões. No âmbito dos projetos destinados a inverter as tendências negativas, a inovação foi igualmente um fator importante – quer para encontrar novas razões para as pessoas visitarem um local cultural, quer para encontrar soluções para problemas técnicos.

« *Assumir riscos e encontrar soluções.* »

TeKiDe, Finlândia



« *A participação da comunidade... contribuiu significativamente para o nosso sucesso.* »

Centro de Negócios e Serviços Partilhados, Fundão, Portugal

ELEMENTOS A RETER SOBRE OS PRÉMIOS

Acima de tudo, os projetos puderam constatar em que medida os fundos europeus tiveram impacto nas comunidades e abordaram diversas questões. Os prémios constituíram também uma oportunidade para adquirir novos conhecimentos sobre outras regiões e para encontrar soluções para outros problemas. Os vencedores gostaram do ambiente criativo da noite da cerimónia, durante a qual partilharam ideias, experiências e a vontade de fazerem coisas novas. Terminaram a cerimónia com redes reforçadas pelo elevado número de participantes e encorajados a continuarem o respetivo trabalho.

« *Foi empolgante conhecer pessoas de toda a UE que enfrentaram desafios semelhantes.* »

Nant Gwrtheyrn, País de Gales, Reino Unido



« Constatámos a forma como os fundos europeus se converteram em realidades concretas com um impacto positivo. »

Município de Ostrava, Chéquia



O QUE SE SEGUE?

O apoio aos seus projetos e o reconhecimento internacional dos prémios foram bem acolhidos por todos os projetos. Num registo mais pessoal, para muitos deles, este sinal de que a Comissão Europeia valoriza o seu trabalho foi uma honra. De acordo com os vencedores, a visibilidade desta distinção facilitará a demonstração de soluções, a promoção de atividades e o surgimento de novas oportunidades, incluindo novos parceiros. Esperam que a sua atividade continue a crescer, tendo em vista um futuro sustentável e próspero.



« O prémio dá importância aos esforços que envidámos para enfrentar o desafio da migração. »

Serviço Regional do Emprego e Formação de Múrcia, Espanha

« Termos ganho o «Prémio do Público»...fará com que mais pessoas se sintam motivadas a visitar Ílhavo. »

Município de Ílhavo, Portugal



PROGRAMA MEDIÁTICO YOUTH4REGIONS

O programa mediático Youth4Regions apoia o desenvolvimento da próxima geração de jornalistas especializados em política regional. Encoraja estes jovens europeus a comunicarem sobre projetos financiados pela UE.



O artigo de Anina Vontavon é o segundo de quatro textos vencedores do concurso de blogues do programa mediático Youth4Regions para jovens jornalistas.

Um espírito criativo de inovação entre pequenas empresas



Embora esteja atualmente a concluir o mestrado em Estudos Europeus na Universidade de

Ruhr, em Bochum, na Alemanha, Anina mantém uma estreita ligação à sua terra natal. A jornalista de 25 anos escreve para o jornal local em Brizen, a sua cidade natal situada no norte da Itália. Futuramente, ela espera centrar os seus artigos em assuntos europeus.

Uma pequena exploração agrícola está à procura de um novo método de produção para as suas maçãs. Esse processo de inovação, típico das empresas, ocorre por norma à porta fechada e está geralmente associado a custos consideráveis.

Com a globalização e a abertura dos mercados, as pequenas empresas, em particular, enfrentam dificuldades para se manterem competitivas. Isto pode ser particularmente problemático para regiões como o Tirol meridional: considerando o clima económico aí prevalecente, as pequenas e médias empresas (PME) desempenham um papel particularmente significativo. Existem cerca de 44 000 empresas no Tirol meridional, 99,3% das quais são PME. Empregam mais de três quartos dos trabalhadores do Tirol meridional no setor privado e, em 2014, geraram um volume de negócios de 23,1 mil milhões de EUR.

Foi por este motivo que, em 2012, a maior associação comercial do Tirol meridional (a «lvh - Wirtschaftsverband für Handwerker») iniciou o projeto Open Innovation South Tyrol juntamente com a agência para a inovação de Munique Hyve

« Com despesas comparativamente mínimas por parte das empresas, pode ser apresentado um número máximo de ideias. »



AG. Enquanto parte do projeto, as PME podem publicar as suas ideias e questões conexas numa plataforma na Internet para encontrar soluções com a ajuda de pessoas externas à empresa. O objetivo é apoiar as empresas durante todas as fases do processo de inovação, quer seja o exercício de reflexão, a execução ou a procura de uma nova área de aplicação para um projeto já concluído.

A nível regional, a intenção é tentar criar condições económicas semelhantes para as pequenas empresas e as grandes empresas, com o objetivo de eliminar possíveis desequilíbrios. Tem sido um sucesso. A plataforma já conta com mais de 2 700 membros registados: foram apresentadas mais de 1 600 ideias e mais de 4 000 comentários e foram realizados

18 concursos de ideias. Aquilo que até ao momento apenas foi alcançado em grandes centros de inovação nos EUA, funciona agora também a nível regional – foi formada uma pequena comunidade de pessoas à procura de ideias e mentes criativas para trabalhar em conjunto em projetos.

O conceito do projeto Open Innovation South Tyrol funciona de forma semelhante à da maioria dos portais da redes sociais: as pessoas podem efetuar o registo na plataforma e participar em concursos para mostrar as suas ideias. Com despesas comparativamente mínimas por parte das empresas, pode ser apresentado um número máximo de ideias. Além da execução do projeto, os vencedores recebem também outro prémio, que corresponde geralmente a uma estadia de fim de semana num hotel termal do Tirol meridional ou um prémio não monetário.

O projeto é financiado pelo setor público. O projeto Open Innovation South Tyrol faz parte do Programa Operacional «Competitividade regional e emprego» e, por conseguinte, faz parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Durante o período de financiamento de 2007-2013, foram utilizados 70 milhões de EUR para apoiar projetos, estando previsto um montante de 136 milhões de EUR para o período de 2014-2020. ■

No âmbito do programa mediático Youth4Regions, futuros jornalistas participam em sessões de formação e trabalham durante a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios em Bruxelas. Foi desta forma que duas jovens jornalistas, Aurore Dessaigne e Iskra Tsankova, viveram a experiência no âmbito do programa.

Fazer parte da «bolha da UE»

Diz-se que se amamos a nossa profissão, não temos de trabalhar um único dia na vida. A Semana Europeia das Regiões e dos Municípios fez-me perceber o quão dinâmico, interessante e agradável o jornalismo pode ser quando se faz parte de uma comunidade de pessoas apaixonadas com interesses semelhantes. Aproveitei ao máximo cada segundo desta oportunidade.

Na ida para Bruxelas para a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, não fazia ideia do que esperar, para além do facto de ir fazer a cobertura de um evento com mais de 6 000 participantes enquanto jovem jornalista. No entanto, acabou por ser muito mais do que isso. Aprendi muito sobre a União Europeia enquanto organização e sobre a política de coesão e o desenvolvimento regional de uma forma simples, graças aos incríveis oradores e participantes do evento. Foi surpreendente perceber que, ao conversar com os nossos mentores e outros jovens jornalistas, começamos a pensar de forma pouco convencional e a olhar para as coisas com uma perspetiva diferente.

O facto de ter nascido na Bulgária e de viver neste país permite-me observar claramente os resultados dos projetos cofinanciados pela Comissão Europeia desde 2007, ano em que a Bulgária aderiu à UE. Desde as coisas mais simples, como o financiamento da construção de uma pequena estrada entre duas aldeias até à construção de uma terceira linha de metro, podemos facilmente afirmar que a política para o desenvolvimento regional da UE mudou vidas. Quando estive em Bruxelas, pude observar como funciona esta política a partir de dentro. Além disso, ao participar na cerimónia de entrega dos prémios RegioStars, tomei conhecimento de iniciativas em toda a Europa que tiveram igualmente um grande

impacto a nível local. Deste modo, percebi a importância de reunir ideias que fazem uma mudança positiva e de divulgar essas ideias.

O que, na minha opinião, mais se destacou durante a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios foi todo o conceito do concurso do programa mediático Youth4Regions, que tinha

por objetivo promover a compreensão da política de coesão e do desenvolvimento regional, mas acima de tudo, visava reunir jovens jornalistas em torno da mesma ideia. Visitar a equipa da EurActive e conhecer todas as pessoas que trabalham nesta plataforma de notícias mundial levou-me a querer aperfeiçoar os meus conhecimentos sobre os assuntos internacionais e os princípios do jornalismo. Estar na redação e ouvir o que significa ser jornalista a partir da perspetiva dessas pessoas, deu-me a sensação de fazer parte de algo grandioso, uma comunidade de pessoas de diferentes partes da Europa

que partilhavam o mesmo objetivo – orientar a sociedade para o entendimento do que está a acontecer no mundo e redigir textos noticiosos de qualidade, sem censura.

Em conclusão, a melhor forma que encontro para descrever a minha participação na Semana Europeia das Regiões e dos Municípios é estar na «bolha da UE» e vivenciar os numerosos eventos através dos olhos de um futuro jornalista profissional. Bruxelas é uma cidade incrível, mas sem visitar as instituições europeias e sem saber como funcionam internamente, o conceito desta cidade não está completo. Assim, ao estar presente na Semana Europeia de Regiões e dos Municípios, posso indubitavelmente afirmar que fiquei com uma ideia global de Bruxelas. Adorei a experiência. ■



Iskra Tsankova
Bulgária

Não devemos perder de vista a razão de ser do nosso trabalho

Fui para a Semana Europeia das Regiões e dos Municípios com a mente repleta de pensamentos. Vivemos um período de dúvida, receio e desilusão – não só no sistema europeu, mas também no mundo jornalístico. Do lado europeu, os políticos em Bruxelas não fizeram o suficiente para convencer os cidadãos e subestimaram a necessidade de comunicar com eles. Do lado do jornalismo, as polémicas tornaram-se mais importantes do que o interesse público. Consequentemente, os políticos europeus e os jornalistas perderam os cidadãos. Além disso, os nacionalistas e os populistas apenas tiveram de dizer o que as pessoas queriam ouvir. Isto mostra-nos a importância de não perder de vista a razão de ser do nosso trabalho: os cidadãos.

28 países, 28 perspetivas

Considero que a principal coisa que devemos entender é que é possível sair deste período de receio, mas apenas juntos – não separados. É por isso que considero que esta Semana Europeia das Regiões e dos Municípios e o programa mediático Youth4Regions foram muito significativos, porque jornalistas de toda a Europa e profissionais europeus trabalharam em conjunto. É evidente que os jornalistas necessitam de manter a sua independência, mas isso não significa que não possam partilhar as suas reflexões e preocupações com os políticos.

Em primeiro lugar, conhecer jornalistas de outros países acorda a nossa consciência para o que necessitamos de mudar ou melhorar. Isto mostra-nos mais soluções. Podemos refletir sobre a necessidade de trabalharmos em conjunto e a forma como podemos ajudar-nos mutuamente. Conheci jornalistas de Espanha, Irlanda, Bulgária, Polónia, Itália e Alemanha. Por exemplo, na Irlanda, a principal preocupação é o *Brexit*; na Itália é Matteo Salvini; na Polónia é o artigo 7.º; em França é Marine Le Pen... Todos os países europeus enfrentam atualmente diversos problemas. Além disso, se quisermos explicar estes problemas, enquanto jornalistas, aos nossos cidadãos, devemos, antes de mais, conversar entre nós e, naturalmente, entender o que se passa na Europa em geral, não só no nosso país, porque tudo está interligado.



Aurore Dessaigne
França

Uma análise retrospectiva para ver o futuro

O futuro são, evidentemente, as eleições europeias de 2019. Este tema foi referido em todas as conferências em que participei, e mesmo entre jornalistas já se fala deste importante passo para o futuro da Europa, e a maior parte de nós não se sente verdadeiramente otimista. Porém, com toda a franqueza, quando analisamos a história da Europa, constatamos que a UE já enfrentou muitos problemas. Até mesmo a sua construção tem por base a guerra mais horrenda da história.

É evidente que não vamos esperar por outra guerra para agir. A ação começa agora e os jornalistas fazem parte deste desafio. É algo que também percebi durante esta SERM na UE. Os jornalistas devem ser mais pedagógicos em relação aos cidadãos. Isto significa que devemos mostrar sempre todos os lados de um problema, e não apenas o mais popular. É necessário criar o debate, e não apenas entre intelectuais, mas entre todas as pessoas.

Trabalhar para e com a próxima geração

Os jovens: o último ponto, mas não o menos importante. Considero que a nova geração tem um ponto de vista diferente. Dado que esta geração nasceu com o Erasmus, com novas tecnologias que eliminam distâncias, com transportes mais baratos... atualmente é mais fácil viajar pela Europa. Assim, talvez esta nova geração possa entender melhor os valores europeus e o que é possível fazer graças à UE.

Por conseguinte, com o programa mediático Youth4Regions, os jovens têm a oportunidade de entrar nas instituições da UE. Penso que a UE deve continuar a injetar o poder da mudança nos jovens. Porque, independentemente do que acontecer, sejam quais forem os resultados das eleições europeias de 2019, o futuro da Europa são esses jovens. ■



«Interreg Volunteer Youth»

Resultados obtidos e planos futuros

Através da iniciativa «Interreg Volunteer Youth» (IVY, jovens voluntários do Interreg), mais de 200 jovens cidadãos da UE já aproveitaram a oportunidade para participar como voluntários em programas e projetos Interreg.

A iniciativa IVY é promovida pela Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, em colaboração com o Corpo Europeu de Solidariedade, e é gerida pela Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE). Visa uma experiência de cooperação, mostrar solidariedade e comunicar a política de coesão. Martín Guillermo Ramírez, Secretário-Geral da ARFE, apresenta as suas reflexões sobre os resultados da iniciativa, os seus benefícios e os projetos que estão a ser traçados para o futuro.

A iniciativa IVY conta já com mais de 18 meses. Quais são os principais resultados obtidos e porque razão a IVY é tão especial?



A chave para reforçar a solidariedade na UE é sensibilizar os cidadãos para os seus benefícios e resultados – e é neste ponto que a iniciativa IVY desempenha um papel especial. Desde o seu lançamento em março de 2017, mais de 200 voluntários participaram em programas Interreg, transnacionais e inter-regionais e em projetos conexos – e este número continua a aumentar. Até ao momento, 34 programas do Interreg e mais de 80 projetos receberam voluntários para os ajudar a alcançar os seus objetivos e dar maior visibilidade ao Interreg.

As opiniões informais sobre os programas e projetos de acolhimento revelam uma maior visibilidade e conhecimento do Interreg, da cooperação territorial e também da UE, devido à sua contribuição para a integração europeia ascendente.

A iniciativa IVY visa tornar as vantagens da política de coesão mais visíveis para as comunidades locais e mais conhecidas entre os beneficiários. Este objetivo foi alcançado e pode demonstrar-se pelo sucesso que obteve a conta @InterregYouth nas redes sociais.

Por que razão os jovens e as organizações de acolhimento devem participar na iniciativa IVY? Qual é o valor acrescentado para ambos?

Esta experiência aumenta o sentimento de solidariedade, cidadania e empenho cívico dos voluntários. Quando se encontram destacados noutra país europeu – ou permanecem no seu país mas interagem com parceiros internacionais – os voluntários da IVY aprendem com novos contextos, tomam contacto com a diversidade da Europa e aumentam o seu conhecimento de línguas estrangeiras e as suas competências de comunicação. Começam a sentir-se envolvidos na construção da Europa, especialmente quando prestam apoio em intervenções transfronteiriças destinadas a reduzir obstáculos e a criar confiança, ou quando comunicam os progressos realizados no âmbito destas ações.

As gerações mais jovens trazem novas ideias, abordagens e perspetivas às organizações. Por exemplo, hoje em dia, a utilização competente das redes sociais é essencial para atingir um público amplo e para sensibilizar as pessoas sobre os benefícios do financiamento da UE para as suas comunidades. As pessoas da nossa idade sabem muito bem que os cidadãos mais jovens podem prestar melhor apoio no âmbito de uma estratégia para as redes sociais, já que são os seus principais canais de comunicação e são mais capazes de gerir este novo «código».

Olhando para o futuro, qual é o próximo passo no mundo da IVY?

Devido ao êxito alcançado, a Comissão Europeia decidiu prolongar a IVY até dezembro de 2019. Ambicionamos tornar a IVY uma característica permanente, associada ao Corpo Europeu de Solidariedade e integrada no núcleo de todos os programas de cooperação territorial europeia.

A equipa que trabalha na gestão do IVY está a delinear novas atividades ligadas a esta iniciativa, concentrando-se no seu principal objetivo: promover a dimensão

social da cooperação territorial europeia/ Interreg e «divulgar» os seus benefícios. Entre outras tarefas, os voluntários do IVY irão cooperar com o Interact, que é financiado pelo FEDER, na compilação de «histórias» Interreg baseadas em projetos particularmente significativos. Serão publicados sob a designação «Histórias de cooperação europeia». O principal objetivo é continuar a sensibilizar para o Interreg, salientando o lado positivo da UE (política de coesão), graças a entrevistas, a uma conceção apelativa e a uma comunicação eficaz e renovada.

A ARFE e a Comissão estão igualmente a estudar novas ideias para um envolvimento mais estreito dos voluntários noutras atividades de comunicação. Os voluntários contribuem significativamente para a sensibilização para a política de coesão, pelo que não devemos desperdiçar uma oportunidade como esta. ■

SAIBA MAIS

<https://www.interregyouth.com/>



Quando iniciei o estágio de três meses no gabinete do adjunto da Secretaria de Estado para as Comunicações da Política de Coesão na Hungria, pouco ouvira falar de políticas regionais, mas precisavam de alguém na comunicação, pelo que me pareceu uma boa oportunidade. A segunda vez que tive um contacto mais próximo com a política de coesão foi durante a minha experiência no Corpo Europeu de Solidariedade com o Interreg Europa Central. Pensei que aquilo era um sinal. Honestamente, na maior parte das vezes, é difícil ver o que está efetivamente a acontecer na bolha de Bruxelas, mas percebi que a política de coesão e a cooperação territorial fazem parte da definição de políticas quando se conseguem ver de forma relativamente rápida os resultados do trabalho realizado. Qualquer pessoa que trabalhe em política ou na governação conhece este sentimento, porque tendemos a centrar-nos no panorama geral. Assim, é incrível perceber que podemos fazer uma diferença real na vida das pessoas através do nosso trabalho diário. Além disso, considero que a cooperação é um elemento essencial para um futuro europeu harmonioso e os projetos Interreg são os melhores exemplos disso. Gostaria ainda de referir o conhecimento que obtêm através dos projetos-piloto, porque, na minha opinião, a partilha de informações é um ponto importante para o desenvolvimento.

Diana Zsoldos

Jornalista da IVY junto do Secretariado Conjunto do Interreg Europa Central



Concurso «Apresente o seu projeto à UE» da EUSALP

No fórum da EUSALP deste ano, realizado em Innsbruck, na Áustria, os jovens (16-25 anos de idade) tiveram oportunidade de apresentar ideias de projetos inovadores a uma audiência de mais de 700 partes interessadas a nível europeu, nacional, regional e local. Das 17 candidaturas apresentadas, o júri selecionou cinco projetos para a sessão de apresentação.

As três melhores propostas receberam prémios no valor de 5 000 EUR, 3 000 EUR e 2 000 EUR.

1. «Reunião da rede da bilheteira albina»

O primeiro prémio foi atribuído aos membros do Conselho da Juventude de Cipra, cuja proposta incide num importante tema da presidência tirolesa: a mobilidade. O seu objetivo é desenvolver uma solução conjunta para os transportes públicos na região alpina, que permita deslocações transfronteiriças com um único bilhete economicamente acessível, com o objetivo de mudar os hábitos de viagem das pessoas. Convocar uma reunião da rede para reunir os principais interessados será o primeiro passo.

2. «Beehave»

O projeto «Beehave», liderado por dois jovens italianos, visa combinar os bons resultados (*behave*) a nível económico e a proteção das abelhas (*bees*), uma vez esta espécie é atualmente uma das mais ameaçadas na região alpina. Os sensores colocados nas colmeias medirão a temperatura e a humidade, permitindo que os apicultores monitorizem a qualidade ambiental e a saúde das abelhas e consigam intervir com maior rapidez.

3. «Alpes mágicos»

Este projeto de um grupo de estudantes austríacos de 16 anos convida-nos a descobrir as lendas e os mitos da região alpina, no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural. A coleção de narrativas estará acessível através de um sítio Web e de vários outros meios de comunicação social. Servirá como uma ferramenta de intercâmbio com outras escolas e residentes e como guia para as pessoas interessadas em visitar estes lugares místicos. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2FHIZJi>

NOTÍCIAS [BREVES]

99 COISAS PARA FAZER NA EUROPA – UM GUIA TURÍSTICO ALTERNATIVO

Excelentes locais para visitar, novas pessoas para conhecer, tesouros escondidos, curiosidades, iguarias maravilhosas e dicas de viagem inteligentes são os temas contemplados no novo guia em linha da Europa.

Com base nas experiências dos viajantes do projeto «Road Trip», o guia «99 coisas para fazer na Europa» oferece-lhe a oportunidade para criar um itinerário pessoal e descobrir por si mesmo o continente europeu. No sítio Web «roadtripproject.eu» pode agora escolher o seu destino, o tipo de viagem favorito e criar a sua própria viagem!

Durante a primavera e o verão de 2018, quatro pares de viajantes embarcaram numa viagem pelo continente para explorar uma série de projetos e iniciativas apoiados pela UE. Luisa e Louis, Yldau e Fabian, Susann e Kenneth e Luna e Achilleas visitaram 24 países europeus ao longo de quatro rotas sucessivas: o Mediterrâneo (a rota das raízes), o Atlântico (a rota dos grandes descobridores), o Danúbio (a rota das maravilhas da natureza e dos recursos partilhados) e o Báltico (uma rota através do tempo e espaço).

A segunda edição do projeto «Road Trip» será lançada no início da primavera de 2019. Siga os nossos canais nas redes sociais para obter mais informações. ■



SAIBA MAIS

www.roadtripproject.eu
Facebook: Europe in My Region
Instagram: euinmyregion

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURAS

Uma vez que as alterações climáticas pertencem às prioridades da ordem de trabalhos da UE, no final de 2016, a DG REGIO encomendou um estudo de levantamento das informações disponíveis sobre a adaptação às alterações climáticas nos 28 Estados-Membros ao nível de projeto.

O estudo apresenta um inventário de recursos disponíveis para apoiar o desenvolvimento de infraestruturas resilientes às alterações climáticas, seguindo sete critérios de estudo (disponibilidade de dados; orientações; metodologias; instrumentos; normas de conceção; sistema e quadro normativo; capacidade institucional) e abrangendo os setores dos transportes, banda larga, desenvolvimento urbano, energia, água e resíduos.



Os recursos identificados não são exaustivos, mas apresentam um retrato dos materiais prontamente disponíveis e acessíveis em 2017. O relatório final do estudo está estruturado em duas partes principais: uma geral e outra dedicada aos relatórios por país, que também incluem exemplos de projetos. O estudo revela que os promotores de projetos de infraestruturas têm à sua disposição um volume substancial de recursos relacionados com a adaptação às alterações climáticas, havendo, contudo, vários domínios em que outros recursos poderiam tornar-se mais acessíveis. ■

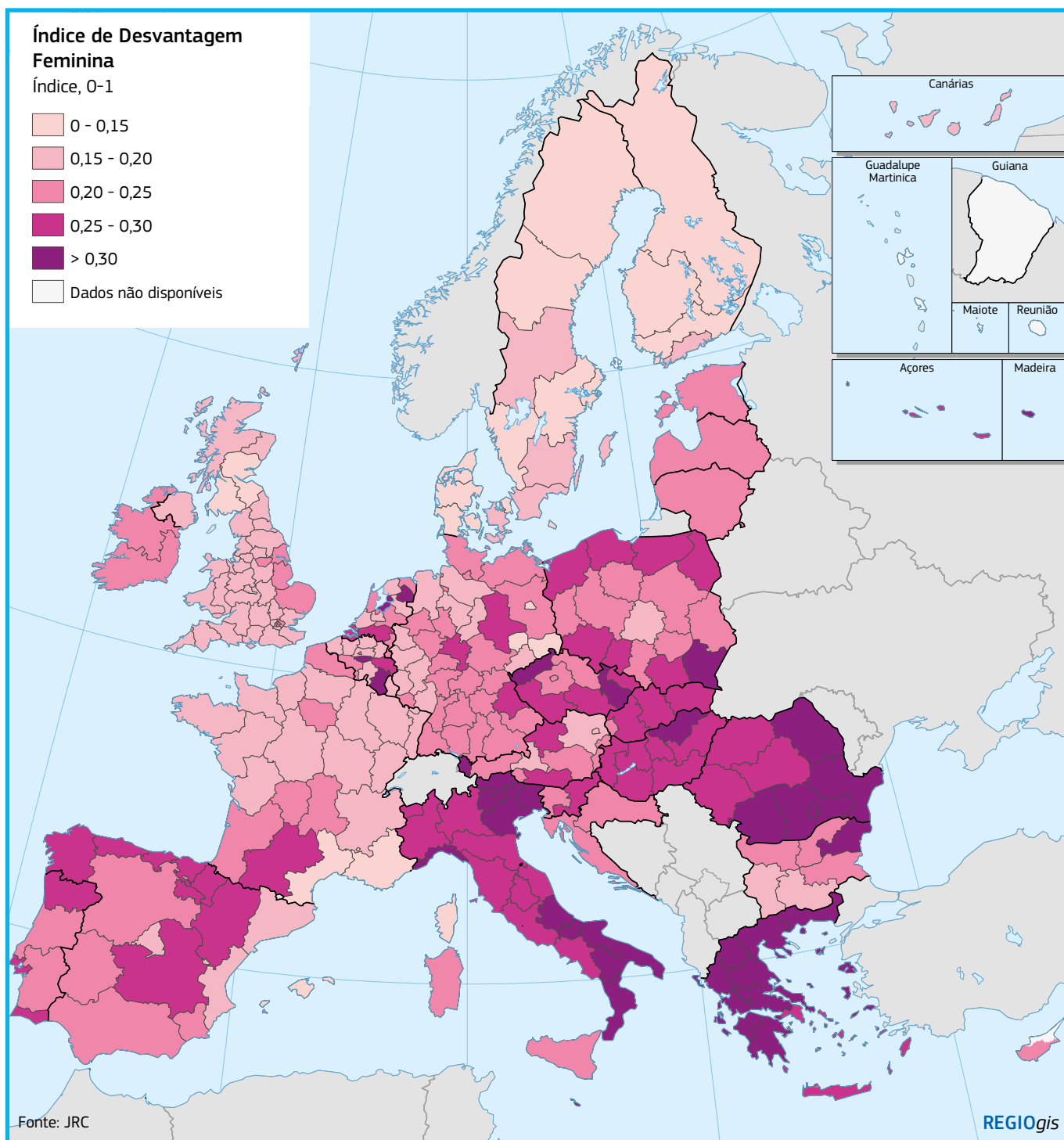
SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2DvAe1K>

Um novo instrumento de monitorização para medir a igualdade de género nas regiões europeias

A igualdade de género é um dos valores fundamentais da UE e a medição da sua evolução é parte integrante de uma política eficaz. Embora existam vários instrumentos para o efeito a nível nacional, não existe um instrumento deste género para identificar as diferenças existentes a nível regional em toda a Europa.

No atual instrumento de monitorização regional, foram desenvolvidos os índices compostos adequados para complementar e apoiar este fenómeno multifacetado: o Índice de Desvantagem Feminina (FemDI) e o Índice de Realização Feminina (FemAI). O primeiro avalia a desvantagem feminina através da medição das disparidades regionais em que as mulheres apresentam resultados piores do que os homens.



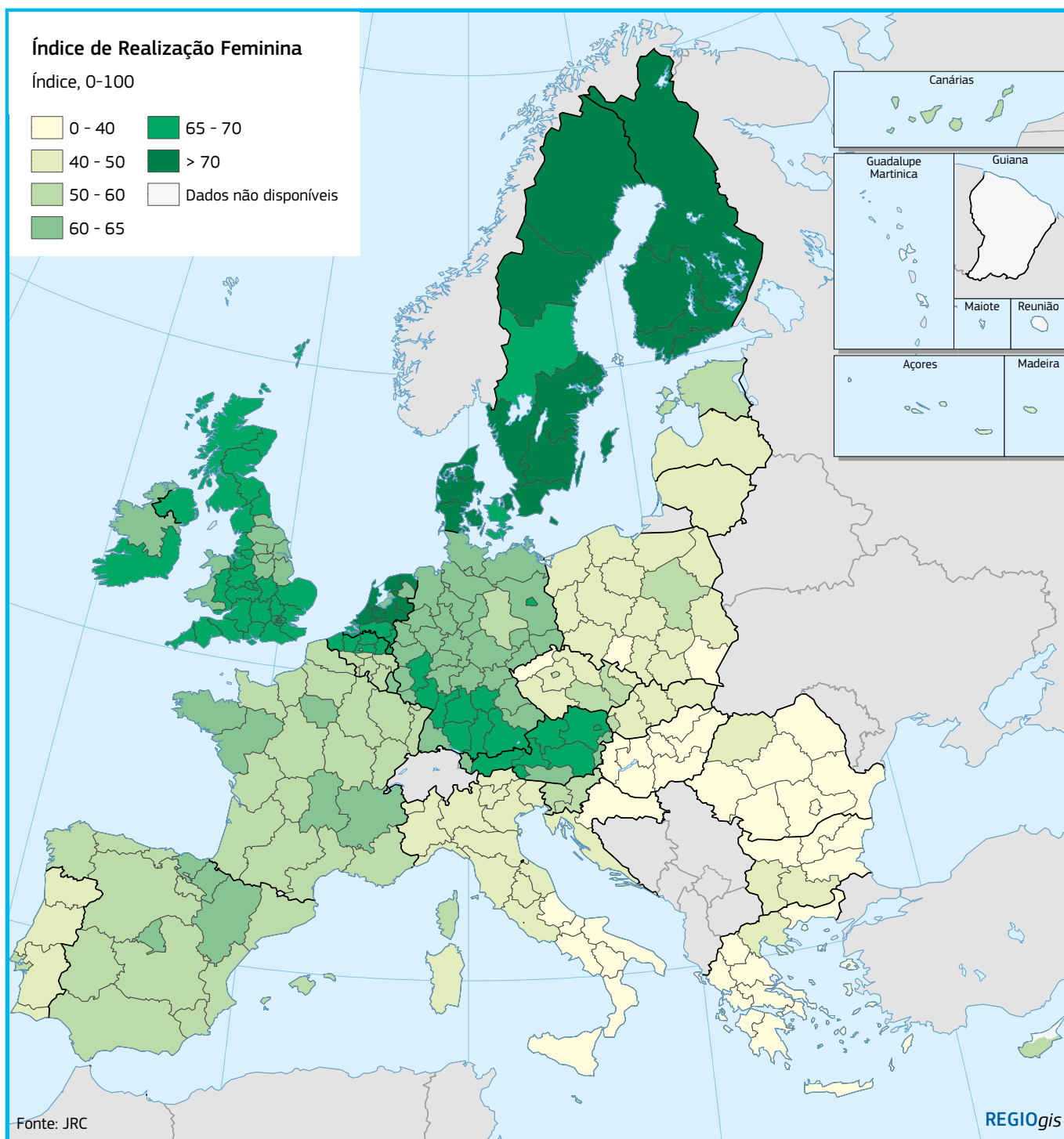
O segundo mede o nível de realização feminina relativamente ao melhor desempenho feminino a nível regional na Europa. A combinação dos dois índices ajuda-nos a compreender a igualdade de género em diferentes regiões e entre os Estados-Membros.

O instrumento europeu de monitorização regional baseia-se em sete domínios relevantes para a política da UE: Trabalho e dinheiro, conhecimento, tempo, poder, saúde, segurança e qualidade de vida. Os domínios organizam e agregam mais de 30 indicadores individuais na síntese de medidas de igualdade de género. Os índices medem a desvantagem e a realização das

mulheres em quase todas as regiões do nível NUTS-2 (270 regiões). Os mais recentes dados disponíveis para os indicadores foram obtidos a partir de microdados das estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC), do inquérito às forças de trabalho da União Europeia (IFT UE), do Inquérito à Estrutura dos Ganhos (EU-SES), da base de dados estatísticos sobre o género do EIGE e de microdados do Gallup World Poll. A maior parte dos pontos de dados provêm de 2017.

SAIBA MAIS

<https://composite-indicators.jrc.ec.europa.eu/>



Cooperação territorial europeia em prol do património cultural

Até à data, a cooperação territorial europeia (CTE) demonstrou ser o «ambiente natural» dos investimentos culturais bem sucedidos. A cooperação no domínio da cultura não constitui apenas a via para harmonizar sinergias e ligações entre fronteiras e entre países, ou para facilitar os processos de transição industrial e de especialização inteligente, é também um instrumento de promoção da Europa enquanto destino para os mercados mundiais.

A cooperação em matéria de cultura, indústrias criativas e artes pode ser eficaz, uma vez que estabelece uma base sólida para os países e regiões trabalharem em conjunto de forma eficiente e sustentável. É interessante notar que, no atual período de programação, **o património cultural e as artes constituem o segundo tema mais popular nos programas Interreg**. Atualmente, e para o período 2014-2020, **mais de 9%** do orçamento global do Interreg já foi investido em projetos culturais, prevendo-se um novo aumento antes do final deste período de programação.

No período de programação anterior (2007-2013) os investimentos do Interreg em património cultural e nas artes receberam **10% do orçamento global do Interreg** (1,2 mil milhões de EUR)¹.

Os programas Interreg são incubadoras de sucesso para os projetos de património cultural válidos que promovem o crescimento e criam postos de trabalho de forma sustentável. Os programas são lançados numa lógica de intervenção local que reflete as necessidades específicas das regiões participantes, como, por exemplo, a aplicação de soluções inovadoras e das TIC em regiões menos favorecidas e periféricas. Este aspeto



poderia ser mais explorado através do processo de transição industrial em relação às indústrias criativas.

Na verdade, o Interreg é um **instrumento ascendente** que combina com êxito as especificidades de várias localidades, regiões e países em torno de projetos comuns. Os testemunhos dos inúmeros parceiros do Interreg demonstram que as ações e os projetos conjuntos reforçam o sentimento de pertença a um **espaço europeu comum**.

Assim, o início do **Ano Europeu do Património Cultural 2018 (AEPC)** abriu, às autoridades de gestão do Interreg e aos beneficiários dos programas Interreg, uma oportunidade para participarem no AEPC, através da participação em iniciativas e eventos culturais em toda a Europa. Posteriormente,

1) Os dados têm como fonte o sítio Web Keep.eu (<https://www.keep.eu/keep/>): O Keep é a única fonte de dados agregados para projetos e beneficiários dos programas de cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional da UE entre os Estados-Membros e entre estes e os países vizinhos.

as autoridades de gestão do Interreg mobilizaram mais de 100 projetos para se candidatarem e assegurarem o rótulo do AEPC.

Entre estes projetos, a cooperação é fundamental quando se trata de tornar a UE visível e de reforçar a aproximação dos cidadãos. Foi por esta razão que a Comissão Europeia incentivou a criação do livro eletrónico intitulado «Connecting cultures, connected citizens», patrocinado pelo **programa inter-regional Interact 2014-2020 do FEDER**, para permitir que todos os cidadãos europeus tenham acesso a projetos culturais no âmbito do Interreg nas suas regiões. É importante mostrar que a cooperação europeia atua em toda a parte, financiando projetos dentro e fora da Europa.

O livro eletrónico destaca projetos transfronteiriços, transicionais e inter-regionais cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

.....

«Património industrial» financiado pelo programa Interreg A CBC Estónia-Letónia 2014-2020



Com um financiamento da UE de 0,98 milhões de EUR, este projeto, localizado na fronteira da Estónia com da Letónia, visa mostrar o património industrial dos dois países através do desenvolvimento de rotas turísticas através de vários moinhos antigos, centrais hidroelétricas, fábricas, vias-férreas, faróis e até reservatórios elevados. O património industrial enquanto fonte de turismo não é a regra na Letónia e na Estónia. No entanto, o desenvolvimento de uma rede comum de locais de património industrial nos dois países irá diversificar o turismo atual e atrair mais visitantes para ambas as regiões.

«Arquivos Vivos» financiados pelo Programa de Cooperação Transfronteiriça «Hungria-Sérvia» do IPA para 2014-2020



Desenvolvendo a sua atividade ao longo das fronteiras externas da UE, o projeto está reunir a Hungria e a Sérvia com vista à cooperação para a preservação de relíquias. Com um cofinanciamento de 0,17 milhões de EUR do FEDER, o projeto promove sinergias entre investigadores, arquivistas, etnógrafos e antropólogos de ambas as nacionalidades, protegendo o património europeu.

«BLUEMED» financiado pelo programa INTERREG VB Mediterrâneo 2014-2020



Com uma dotação de 2,38 milhões de EUR do FEDER, este projeto visa planejar, testar e coordenar museus submarinos, parques de mergulho e centros de sensibilização para apoiar o desenvolvimento sustentável e responsável do turismo e promover o crescimento azul nas zonas litorais e nas ilhas do Mediterrâneo.

Estratégias macrorregionais para a cooperação cultural

As quatro estratégias macrorregionais: A Estratégia da UE para a Região do Mar Báltico (EUSBSR), a Estratégia da UE para a Região do Danúbio (EUSDR), a Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica (EUSAIR) e Estratégia da UE para a região alpina (EUSALP) apoiam investimentos na cultura através das plataformas relevantes. Prioritariamente, estão já a definir um quadro político, não só para os programas INTERREG, mas também para os programas nacionais, regionais e setoriais, bem como para os investimentos diretos e privados da UE.

Devido à sua abordagem holística, estas estratégias reconhecem uma clara dimensão europeia para o património cultural, que abordam através de diferentes políticas da UE, como o desenvolvimento regional e urbano, o turismo, a educação e o emprego, os assuntos marítimos, a investigação e a inovação.

Além disso, o seu âmbito está a ser alargado no que se refere à cooperação com países não pertencentes à UE. É o caso da EUSAIR e da EUSDR, que já desenvolveram projetos com os Balcãs Ocidentais, a Ucrânia e a Moldávia. Além disso, a EUSBR e a EUSALP criaram sinergias com os países do Espaço Económico Europeu.

As estratégias **ativam estruturas existentes**, como redes criativas e plataformas de património cultural, para trabalhar em conjunto no sentido de desenvolver processos, projetos, intercâmbio de melhores práticas e aprendizagem entre pares. A EUSDR, por exemplo, facilitou o intercâmbio de conhecimentos no domínio da «reutilização adaptativa de edifícios históricos» através do projeto Plataforma Cultural do Danúbio – Espaços Criativos do século XXI². A EUSBSR criou uma rede para facilitar o diálogo entre os jovens: Diálogo dos Jovens do Mar Báltico³. Além disso, foi lançada na região alpina uma plataforma para *startups* e para a transferência de tecnologias em ecossistemas de inovação⁴.

As estratégias reconhecem também o **potencial social e económico direto e indireto** que o património cultural pode implicar para as regiões da UE, financiando os setores criativos e apoiando as pequenas e médias empresas associadas ao comércio turístico sustentável e responsável. Por exemplo, os representantes nomeados dos ministérios da cultura nos países da EUSAIR identificaram a **rota das oliveiras EUSAIR** como o melhor projeto relevante para o desenvolvimento da sua região. Esta rota cultural será desenvolvida e acreditada

pelo Conselho da Europa no âmbito do projeto «Routes 4 U⁵», financiado pela UE, que visa criar projetos semelhantes para todas as macrorregiões e promovê-los como **destinos europeus para os mercados turísticos de rotas de longo curso**. O seu âmbito passa sobretudo por impulsionar as PME de turismo sustentável e o empreendedorismo inteligente.

O AEPC 2018 e o futuro...

Não há dúvida de que as iniciativas do AEPC adotadas pela Comissão Europeia, nomeadamente a DG REGIO e a DG Educação, Juventude, Desporto e Cultura (DG EAC), deverão ser intensificadas e prosseguidas nos próximos anos. Na proposta para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento pós-2020, a política cultural está aberta a investimentos, especialmente no âmbito do objetivo político 5: «**Uma Europa mais próxima dos cidadãos através da promoção do desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbana, rurais e costeiras e das iniciativas locais**». No entanto, os investimentos em indústrias criativas podem surgir no âmbito do OP 1: «**Uma Europa mais inteligente através da promoção da transformação económica inovadora e inteligente**» e do OP 3: «**uma Europa mais conectada através da promoção da mobilidade e da conectividade em matéria de TIC**».

As estratégias macrorregionais apoiam e facilitam claramente a cooperação entre os países e as regiões nos setores cultural e criativo. Tal reflete os objetivos estratégicos da **nova Agenda Europeia para a Cultura**⁶, publicada pela Comissão Europeia a 22 de maio de 2018: a) aproveitar as potencialidades da cultura para promover a coesão social e o bem-estar; b) apoiar a criatividade na cultura no domínio da educação e inovação, bem como no emprego e crescimento; e c) reforçar as relações culturais internacionais.

A DG REGIO está atualmente a trabalhar com a DG EAC no próximo plano de ação europeu para o património cultural e com a DG Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e PME (GROW) em soluções inovadoras relevantes para as indústrias criativas. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2RaDeUE>

2) <https://bit.ly/2UbMJph>

3) <http://www.cbss.org/regional-identity/baltic-sea-youth-dialogue/>

4) <https://bit.ly/2riEzys>

5) <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/eu-jp-2017-20>

6) <https://bit.ly/2sIAYu0>

No âmbito da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios 2018, o *workshop* «Coop Cult and Succeed – EYCH 2018» sublinhou as sinergias entre as políticas nos domínios cultural, turístico, industrial e regional da UE.

MICHEL MAGNIER



Diretor para a Cultura e a Criatividade (DG EAC) responsável pelo AEPC 2018

«2018 estabeleceu definiu uma boa dinâmica para a cultura a nível da UE e em todo o mundo. A nova Agenda Europeia para a Cultura foi lançada em maio de 2018, seguida do plano de ação europeu para o património cultural. No primeiro semestre de 2018, quase 6500 eventos exibiram o rótulo do AEPC 2018 em toda a Europa e não só, alcançando cerca de cinco milhões de participantes.»

SLAWOMIR TOKARSKI

Diretor para a Inovação e a Transformação Avançada (DG GROW)



Slawomir Tokarski analisou o impacto da transformação industrial no domínio da cultura e das indústrias criativas. «A cultura interliga as pessoas e ajuda-as a partilhar valores comuns. As cadeias de valor bem-sucedidas e a interligação de polos da UE podem criar oportunidades para os setores culturais e criativos e, simultaneamente, promover o processo de transformação industrial.»

LENA ANDERSSON PENCH



Diretora para a Cooperação Territorial Europeia, as Macrorregiões, o Interreg e a Execução de Programas (DG REGIO)

Lena Anderson Pench salientou a sua posição: «O Interreg e as estratégias macrorregionais promovem a cultura e a criatividade com o objetivo de criar emprego e crescimento.»

KAI HUOTARI

Diretor executivo do centro internacional criativo da Kaapelitehdas, o maior operador cultural da Finlândia



«Na Kaapeli, a nossa declaração de missão é a de que “a cultura torna a vida melhor”. O projeto Creative Lenses (lentes criativas), que é nosso principal projeto cultural, ensinou-nos que atravessar fronteiras torna-nos mais fortes enquanto organizações culturais.»

NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

A PANORAMA
agradece o seu
contributo!

«Nas suas próprias palavras» é a secção da *Panorama* na qual partes interessadas aos níveis local, regional, nacional e europeu resumem as suas realizações no período de 2014-2020 e partilham os seus pontos de vista sobre os debates atuais e cruciais sobre

a política de coesão pós-2020. A *Panorama* agradece contributos dos leitores no seu próprio idioma, que poderão ser incluídos em futuras edições. Contacte-nos através do endereço regio-panorama@ec.europa.eu para obter mais informações sobre orientações e prazos.

A política de coesão é vital para as regiões da Polónia

A experiência das regiões polacas na gestão dos fundos europeus é vasta e única na Europa. No âmbito de duas perspetivas financeiras da UE (2007-2013 e 2014-2020), as regiões polacas gerem 53 mil milhões de EUR no quadro de programas operacionais regionais.

Grças aos fundos estruturais, a Polónia realizou progressos surpreendentes durante este período, nomeadamente no que diz respeito ao crescimento do PIB, ao aumento das taxas de emprego e à redução dos níveis de exclusão social. As regiões estão conscientes de que o êxito do seu crescimento se deve à política de coesão. O investimento com base no desenvolvimento a longo prazo ainda não terminou, o que significa que a continuação e o reforço de uma política de coesão forte após 2021 são vitais para as regiões polacas.

Registámos que a nova proposta relativa ao quadro financeiro plurianual da UE parece um pouco dececionante, nomeadamente no que diz respeito à política de coesão. Embora a CE disponha de muitas evidências, análises e estudos que confirmam o carácter pró-crescimento, pró-unânime e anticíclico desta política,

propôs uma redução significativa na dimensão financeira da política.

Representantes de todas as regiões da Polónia reuniram-se com o Diretor-Geral da DG REGIO, Marc Lemaître, em junho de 2018. Apresentaram a sua reação ao pacote legislativo relativo à política de coesão pós-2020. Segundo as regiões polacas, a proposta da CE sobre esta matéria inclui inúmeros elementos positivos, nomeadamente: 1. Concentra-se na promoção de cinco objetivos políticos essenciais, o que torna a política mais fácil do que o era na perspetiva financeira para 2014-2020; 2. Mantem um horizonte temporal de sete anos para o período de programação; 3. Abstém-se do processo de designar as instituições envolvidas na execução dos projetos; 4. Proporciona flexibilidade na transferência de dotações entre prioridades num determinado programa, sem necessidade de aprovação formal da CE; e 5. Coloca especial ênfase no apoio aos instrumentos de crescimento territorial.

No entanto, existem algumas desvantagens na proposta da CE, incluindo: 1. A proposta injustificada de reduzir os recursos da política de coesão, que são responsáveis por projetos de infraestruturas essenciais na Europa e que contribuem largamente para a aceleração da convergência das economias mais fracas da UE; 2. A redução do volume de recursos geridos a nível da CE, o que é contrário à ideia de



Tomasz Hanzel
Vice-Diretor do Departamento de
Coordenação dos Programas
Operacionais, Região de Opolskie, Casa
do Sul da Polónia em Bruxelas

aplicar a política de coesão de uma forma mais próxima dos cidadãos; 3. A não inclusão do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural na proposta de regulamento geral, o que dificultará a coordenação da intervenção do FEDER, do FSE, do FC e do FEADER nas zonas rurais; 4. O enfraquecimento da coordenação entre o FEDER e o FSE (criação do novo Fundo Social Europeu, ou seja, o FSE+, e a sua isenção de certas disposições do regulamento geral); e 5. Uma proposta de redução da taxa de cofinanciamento da UE para 70 % (para as regiões menos desenvolvidas), o que, por sua vez, irá dificultar a execução dos projetos, principalmente por parte das ONG e das autoridades locais. ■



**SOUTH
POLAND
HOUSE**
IN BRUSSELS

Municípios e regiões finlandesas refletem sobre a política de coesão

O objetivo a longo prazo da política de coesão é reduzir as disparidades territoriais, criar um crescimento sustentável e reforçar a inclusão social. Os instrumentos da política de coesão estimularam o crescimento e aumentaram o emprego e a coesão social, tanto a nível local como regional. Os intervenientes locais e regionais desempenham um papel fundamental no sentido de tornar os objetivos da UE tangíveis para os cidadãos.

Para a Finlândia, os instrumentos financeiros mais importantes para alcançar os objetivos da política de coesão foram o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE). Este último está a ser sujeito a uma reforma para passar a FSE+, com o objetivo de unificar vários fundos existentes para o próximo período de programação. No futuro, os níveis local e regional devem ter um papel mais relevante na execução nacional. As regras e a execução devem estar no nível certo, respeitando a subsidiariedade.

Do ponto de vista das autoridades locais e regionais finlandesas, é necessário tornar o trabalho de programação mais simples e mais flexível. Deveria ser possível rever o foco e o conteúdo dos programas à medida que o período de programação avança.

O FSE+ deve ser executado sobretudo no âmbito da gestão partilhada, porque esta medida daria aos Estados-Membros autoridade para escolherem as ações a financiar. As autoridades locais

finlandesas desempenham um papel fundamental na promoção de muitas das ações financiadas pelo FSE+.

A ligação entre o FEDER e o FSE – os dois importantes fundos destinados aos municípios e regiões finlandesas – deve ser reforçada e deve ser mantido o papel central que desempenham na execução da política de coesão. O desenvolvimento rural e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural não devem ser esquecidos na elaboração do programa nacional, mas devem ser estreitamente coordenados com a programação dos fundos estruturais.

As regiões e os municípios diferem em muitos aspetos. É positivo que a Comissão continue a oferecer uma série de instrumentos de desenvolvimento em resposta às diferentes necessidades no próximo período de programação. Os temas geográficos fundamentais para os municípios e regiões da Finlândia são as circunstâncias especiais das zonas com baixa densidade populacional no norte, o potencial do Ártico, a cooperação na região do mar Báltico e a cooperação transfronteiriça com a Rússia.

Para responder às desvantagens decorrentes das circunstâncias adversas, existe uma procura contínua de novas soluções em domínios como o conhecimento do clima frio, a tecnologia, a energia e as tecnologias limpas. No futuro, estratégias de especialização inteligente desempenharão também um papel fundamental na promoção do crescimento regional e da inovação em toda a Finlândia.

A Finlândia considera que é importante tirar partido das sinergias entre os programas e conjugar diferentes tipos de financiamento. No novo período de



Ulla Karvo
Diretora do gabinete de Bruxelas,
Associação das Autoridades Locais
e Regionais (AFLRA)

programação, deverão ser envidados mais esforços no sentido de reforçar a ligação entre os fundos estruturais e os programas de investigação e inovação da UE.

A cooperação transfronteiriça e transnacional é importante tanto nas fronteiras internas como nas fronteiras externas. Os municípios e regiões da Finlândia necessitam dos programas transfronteiriços marítimos na sua forma atual, porque estes programas Interreg estão fortemente construídos em torno das necessidades e das redes locais e regionais. A manutenção da cooperação transfronteiriça com a Rússia é importante para os municípios e regiões fronteiriças da Finlândia.

Apesar de as receitas dos fundos de coesão da Finlândia serem modestas, contribuem substancialmente para os recursos de desenvolvimento de apoio à vitalidade local e regional. ■

Castela-Mancha estuda a proposta de reforma da política de coesão



Emiliano García-Page Sánchez
autarca de Castela-Mancha

Na qualidade de Presidente de Castela-Mancha, gostaria de agradecer à *Panorama* a oportunidade de poder partilhar a nossa opinião sobre a reforma da política de coesão da UE e o próximo quadro financeiro plurianual para 2021-2027.

Por um lado, a política de coesão harmoniza os valores fundamentais da UE e do nosso governo regional, nomeadamente a solidariedade e a luta contra as desigualdades. Por outro lado, porém, temos sérias preocupações sobre o futuro desta política, que contribuiu muito significativamente para o crescimento de Castela-Mancha e para o bem-estar dos seus cidadãos.

Se me permitem dizê-lo, os recursos financeiros substanciais recebidos são tão importantes como a contribuição da política enquanto plataforma para a partilha de experiências na formulação

e execução de políticas estratégicas, tais como a investigação, o desenvolvimento e a inovação, o desenvolvimento rural, o ambiente, a energia e muitas outras.

A questão que deveríamos colocar é se o novo cenário orçamental e as reformas propostas pela Comissão respondem adequadamente aos novos desafios colocados pelas regiões menos desenvolvidas, como é o caso de Castela-Mancha? Lamento dizer que a resposta é «não»; pelo menos, não na medida necessária nas regiões desfavorecidas para suscitar mudanças drásticas e aproveitar a dinâmica da recuperação.

Estamos perante uma reforma de cariz claro-escuro. Há elementos positivos, como o compromisso relativamente ao reforço da cooperação territorial, a concentração nos objetivos e o apoio dado à estratégia para os investimentos territoriais integrados (ITI). No entanto, as reformas também têm um lado mais sombrio, como o corte de 6% na dotação orçamental – um corte que é ainda mais significativo se tivermos em conta o corte de 5% proposto para a política agrícola comum – ou mesmo a redução nas taxas de cofinanciamento.

A política de coesão serviu para contrabalançar as políticas de austeridade e de divisão verificadas na última década. Um número considerável de cidadãos identificou a UE como um rosto amigo da coesão. Não devemos correr riscos. Utilizar os recursos e efetuar mudanças apenas na medida do estritamente necessário.

É neste contexto que algumas das propostas de Castela-Mancha, reiteradas no âmbito do Comité das Regiões Europeu, enquadram a inclusão da desertificação – bem como o PIB per capita – como um critério de atribuição; a não consideração pelo cofinanciamento dos Estados-Membros nos fundos estruturais como um défice; ou uma maior coordenação desta política com as políticas setoriais (indústria, ambiente, energia, etc.).

A reforma da política de coesão constitui uma excelente oportunidade para demonstrar a sua capacidade enquanto elemento estratégico para corrigir os desequilíbrios territoriais, funcionando como travão para pôr termo ao populismo de exclusão, e para a UE ser tomada como um modelo viável para a globalização. Precisamos de uma política com mais e melhor coesão, uma política reforçada e adaptada às necessidades e potencialidades dos territórios em questão. ■



Castilla-La Mancha



Criar sinergias entre os vales da cibersegurança da Europa

As regiões estão numa posição única para elevar o nível global da cibersegurança graças a uma ligação privilegiada com os seus ambientes locais. Por conseguinte, desempenham um papel fundamental na estruturação do ainda «jovem» ecossistema europeu de cibersegurança. A UE já tem muitas regiões, ou os chamados «*cyber valleys*» (vales cibernéticos), que albergam ecossistemas regionais maduros que promovem a inovação e proporcionam tecnologias de ponta.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional investiu 1,53 milhões de EUR num programa de cooperação inter-regional quinquenal designado «Interreg Europe CYBER». Destina-se a impulsionar a competitividade das PME de cibersegurança da UE, criando sinergias entre os vales de cibersegurança da Europa.

Foram identificadas três grandes barreiras que dificultam a cooperação inter-regional entre os ecossistemas regionais de cibersegurança da UE: a falta de coordenação entre os intervenientes relevantes, a lacuna existente a nível de competências de cibersegurança e a fragmentação do mercado. O projeto CYBER visa melhorar a partilha de boas práticas e de políticas públicas, reforçando simultaneamente os ecossistemas locais de cibersegurança.

A agência Bretagne Development Innovation é o principal parceiro do CYBER. O projeto envolve sete parceiros regionais europeus, incluindo o Instituto de Competitividade Empresarial de Castela e Leão (Espanha), a região da Toscana (Itália), a Valónia Digital (Bélgica), região da Bretanha (França), o *cluster* Kosice IT Valley (Eslováquia), a Câmara de Comércio e Indústria da Eslovénia (Eslovénia) e a Autoridade para o Sistema de Informação da Estónia (Estónia).

Enquanto parceiro consultivo, a Organização Europeia de Cibersegurança (ECISO) traz ao projeto os seus conhecimentos especializados em matéria de políticas industriais regionais de cibersegurança, adquiridos no âmbito do Grupo de Trabalho 4, centrado no «apoio às PME e à cooperação regional».

Promover as políticas públicas para as PME

A metodologia do Interreg Europe CYBER inclui uma taxonomia comum e orientada para o mercado, com o objetivo de promover um levantamento estruturado dos ecossistemas cibernéticos inovadores a nível regional. Inclui prestadores de serviços de cibersegurança, utilizadores finais, estruturas de apoio, entidades de formação e institutos de investigação.

O projeto visa, além disso, entender a inclusão de intervenientes locais na elaboração e execução das estratégias locais de cibersegurança. Com o intuito de identificarem boas práticas e necessidades políticas, os parceiros do projeto trocam informações através de questionários adaptados e de um modelo de planeamento estratégico de alto nível (análise SWOT).

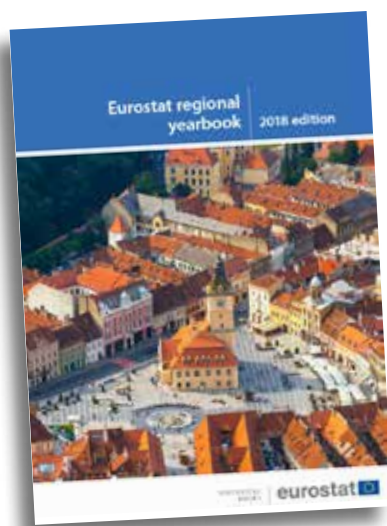
Embora já contribua para o desenvolvimento do mercado único digital da UE, o objetivo a longo prazo do CYBER é reduzir significativamente a fragmentação do mercado de cibersegurança na Europa, aumentando a cooperação inter-regional em todos os vales cibernéticos europeus. ■

SAIBA MAIS

<https://www.interregeurope.eu/cyber/>

Que resultados estatísticos apresenta a sua região?

Para responder a esta pergunta de forma circunstanciada, basta consultar a versão mais recente do *anúário regional do Eurostat*. Chegou às bancas no outono e inclui mais de 200 páginas de estatísticas sobre as regiões da Europa, com uma apresentação clara e colorida.



fazer uma comparação válida das situações nos domínios político, económico e social de toda a UE e, sempre que possível, da EFTA e dos países candidatos a nível subnacional.

É uma referência para os eternos curiosos. O anuário analisa as regiões da Europa em termos de população, saúde, educação e formação, mercado de trabalho, economia, estatísticas empresariais, investigação e inovação, economia digital, turismo, transportes e agricultura.

A edição de 2018 vai mais além ao incluir um capítulo sobre os municípios da Europa, bem como sobre os diferentes tipos de classificações geográficas desenvolvidas ao longo dos anos.

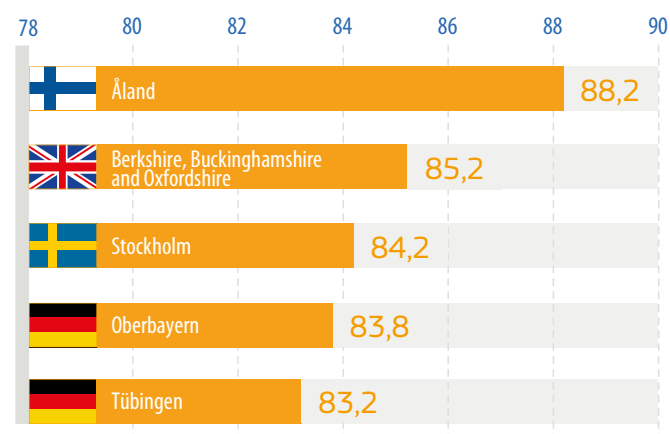
O início de cada capítulo apresenta os principais resultados e infográficos com as classificações das regiões.

O infográfico abaixo mostra que, embora a taxa de emprego da UE ascenda a 72% – a mais alta de sempre – a região de Åland na Finlândia, uma província do arquipélago no mar Báltico, está no topo da lista com uma taxa de emprego de 88%.



AS CINCO REGIÕES DA UE COM MELHORES RESULTADOS

TAXA DE EMPREGO, 2017 (percentagem da população entre os 20 e os 64 anos de idade)

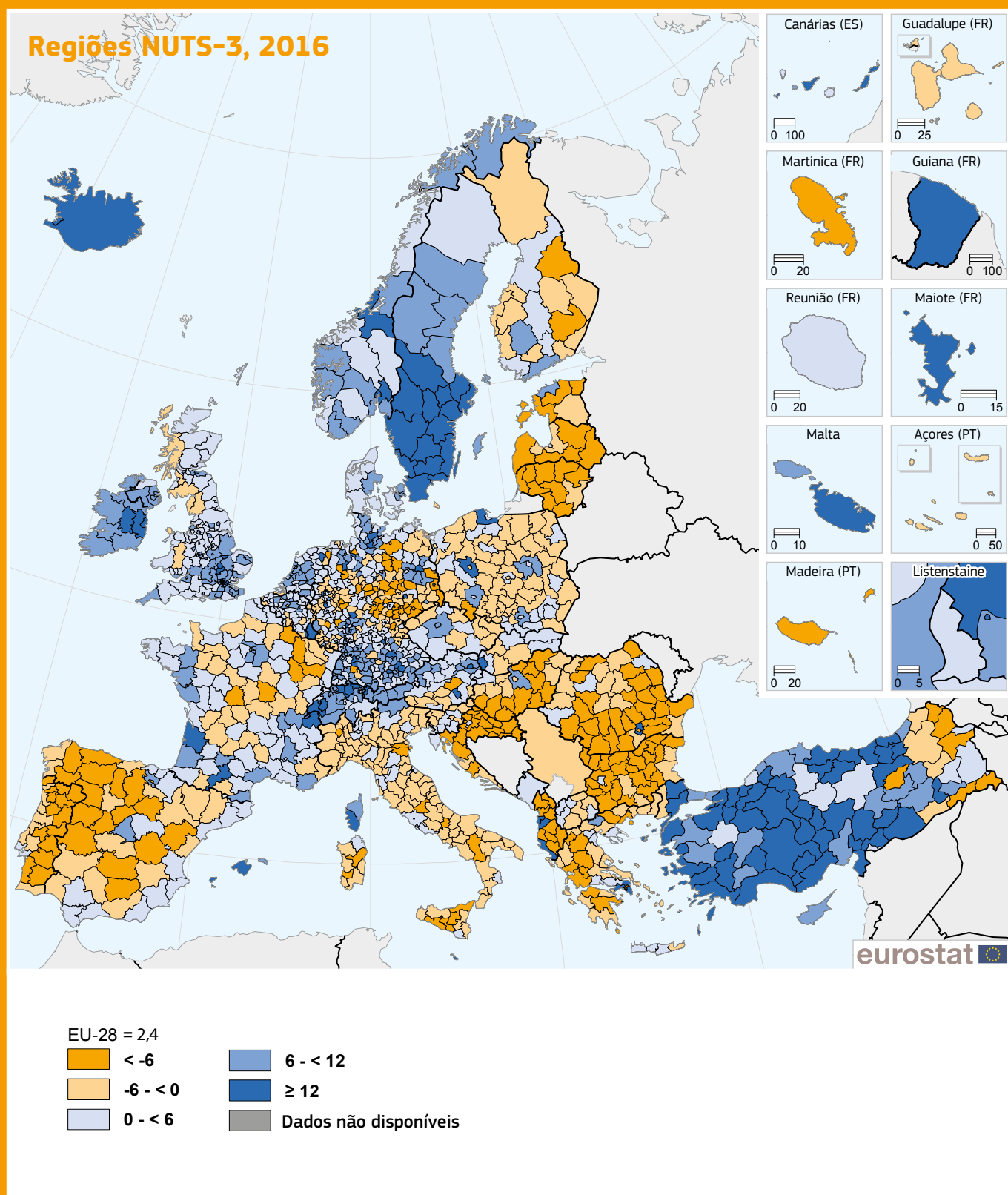


Política e planeamento

Os dados regionais não estão apenas disponíveis para satisfazer a curiosidade do leitor ou ganhar vantagem num jogo de perguntas e respostas no bar local. A definição das políticas nacionais e europeias depende de muitos destes dados.

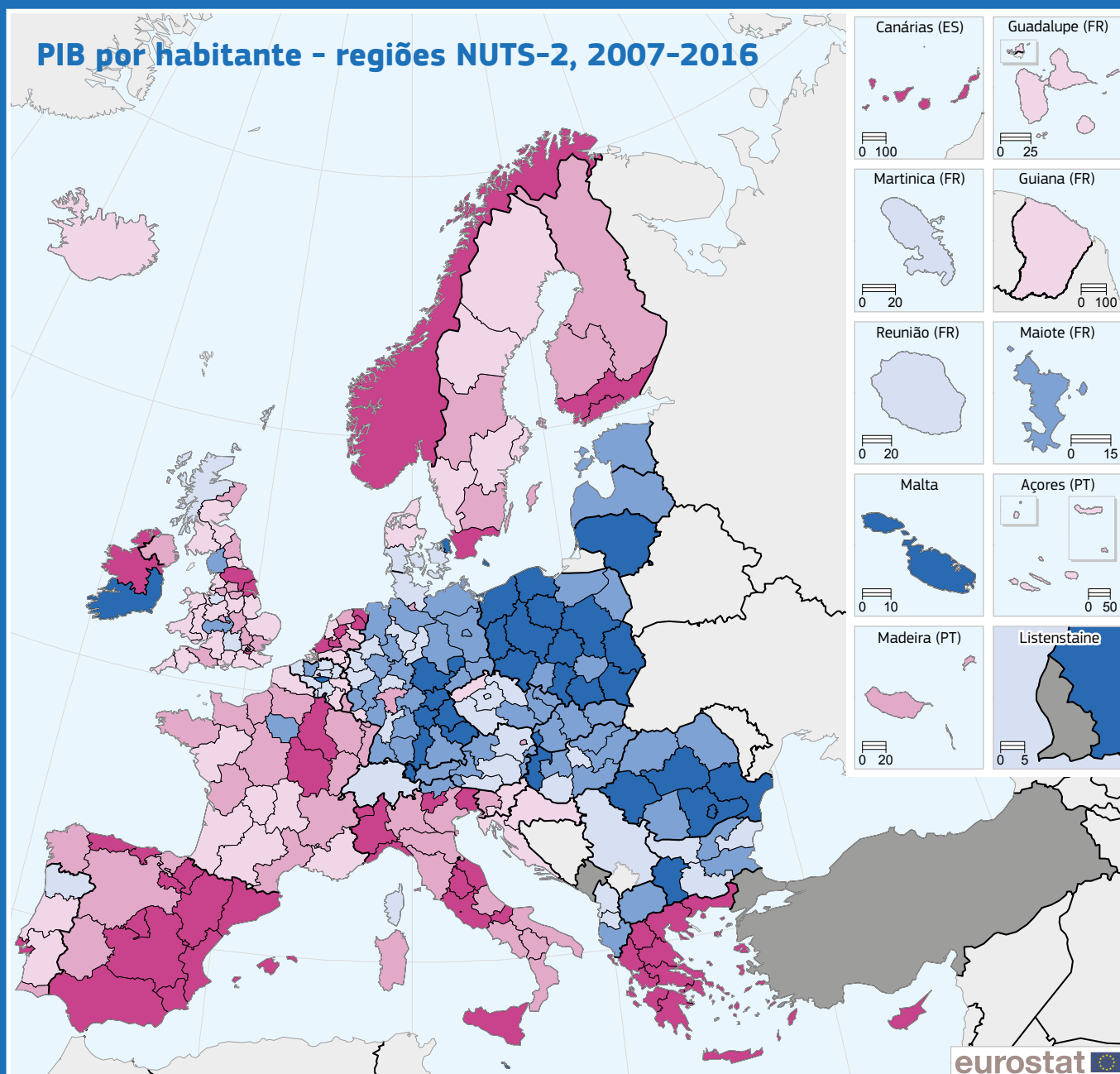
A política de coesão da UE visa reduzir as disparidades entre as regiões da UE. Por exemplo, se o PIB por habitante de uma região for inferior a 75% da média da UE, essa região será elegível para beneficiar de financiamento ao abrigo do Fundo de Coesão. É aqui que a repartição em regiões NUTS 2 se torna importante em termos de política.

Taxa bruta* do movimento total da população

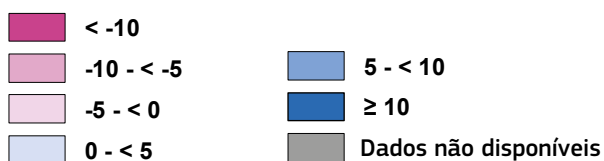


* A taxa bruta do movimento da população corresponde à proporção entre o movimento total da população durante o ano e a população média da zona em questão no mesmo ano. O valor é expresso em 1 000 habitantes.

Mudança no produto interno bruto



(diferença de pontos percentuais para 2016 menos 2007; com base nos dados relativos ao padrão de poder de compra (PPC) em relação à média da UE-28, UE-28 = 100) UE-28 = 0



Os dados também são utilizados nas políticas relativas ao desenvolvimento urbano e rural. A dimensão urbana está no cerne da política de coesão e uma parte especial do orçamento é dedicada à promoção do desenvolvimento urbano sustentável nas cidades europeias. O Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural apoia o desenvolvimento nas zonas rurais ao incentivar a inovação, protegendo simultaneamente a biodiversidade e o ambiente natural.

Por último, os responsáveis pela administração local são também grandes utilizadores dos dados para regiões NUTS-3, que dizem respeito a um nível geográfico mais pormenorizado.

Poderá obter mais informações sobre a utilização de dados regionais na definição de políticas no anuário.

Trabalho de equipa a nível da UE

O Eurostat não produz sozinho uma publicação tão abrangente. Depende de muitos intervenientes em toda a Europa.

Inicialmente, realizam-se debates com as unidades de produção estatística do Eurostat para avaliar os temas pertinentes que o anuário deverá abordar. A Direção-Geral da Política Regional e Urbana é consultada sobre o primeiro capítulo relativo ao contexto político. Este ano, deu também o seu contributo para o último capítulo, «Concentração nas tipologias regionais». A escolha dos indicadores a incluir é intimidante, dada a envergadura e a intensidade dos dados disponíveis.

No entanto, o anuário não seria possível sem o fornecimento de dados oportunos e de qualidade pelos institutos nacionais de estatística. Os editores do anuário aguardam até que estejam disponíveis os dados mais recentes para efetuarem a extração dos dados. Todos os dados são extraídos como dados finais no mesmo dia.

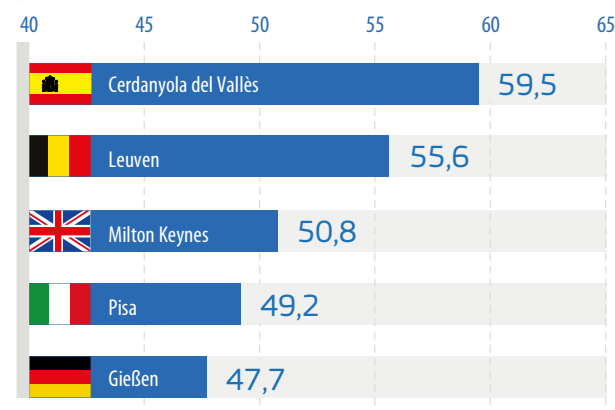
Os dados e os textos dos capítulos são então enviados para a «Wikipédia do Eurostat» – [Statistics Explained](#). Esta aplicação é utilizada como base de conteúdos para a maior parte das publicações do Eurostat, incluindo o anuário.

Avançando rapidamente para cerca de quatro meses mais tarde, as versões em linha e em papel do anuário são publicadas em meados de setembro, algumas semanas antes da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios, realizada anualmente. A versão em linha é simultaneamente publicada na página «Statistics Explained», incluindo tweets prontos a serem utilizados pelo leitor. O anuário inclui cerca de 60 mapas e é intercalado com muitos gráficos e infográficos.



AS CINCO CIDADES DA UE COM MELHORES RESULTADOS

ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, 2016
(por 100 habitantes)



Várias outras ferramentas evoluíram desde a publicação. Consulte o [atlas estatístico interativo](#) do Eurostat. Baseando-se em mapas idênticos aos do anuário, abrange um vasto leque de informações. Todos os mapas podem ser extraídos e reutilizados gratuitamente.

Outra fonte de informação aprofundada diz respeito aos mapas interativos e gráficos conexos disponibilizados na página Web: [Regiões e cidades ilustradas](#). Esta ferramenta é baseada em dados introduzidos em tempo real – sempre que chegam novos dados, a aplicação utiliza-os automaticamente. A ferramenta também tem uma função de intervalo de tempo automatizada, que mostra a evolução da situação nos últimos dez anos.

Juntamente com estas ferramentas, o anuário regional do Eurostat fornece informações aos decisores políticos, aos cidadãos e às empresas. ■

SAIBA MAIS

Pode encomendar exemplares impressos na EU Bookshop:
<https://bit.ly/2TamgaN>

Eurostat: <https://ec.europa.eu/eurostat>

Combater a fraude e a corrupção em projetos financiados pela UE – Lições e exemplos dos Estados-Membros

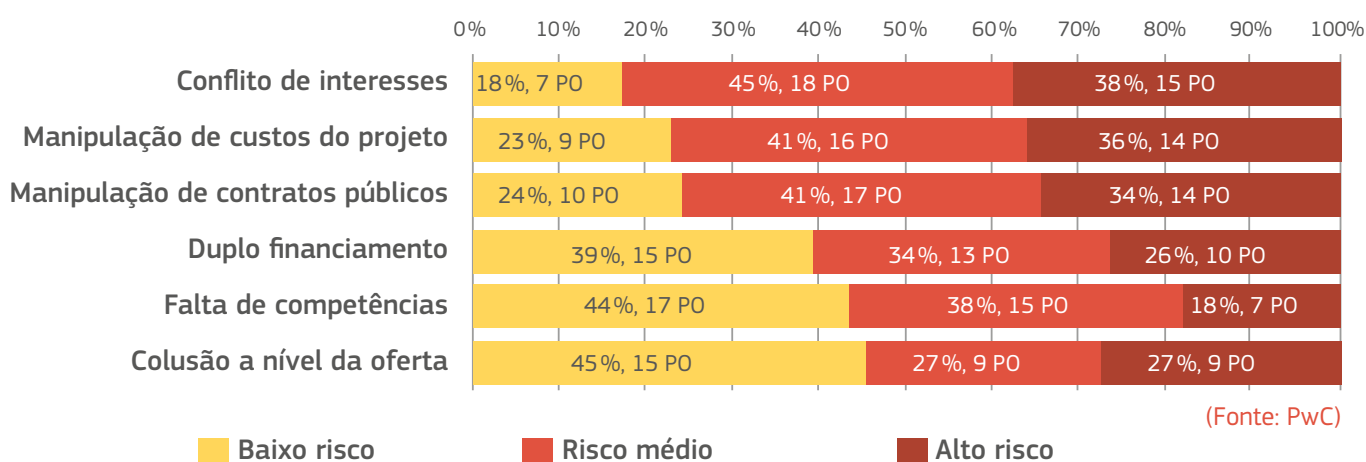
Um novo relatório da DG Política Regional e Urbana analisa a forma como os Estados-Membros e as regiões combatem a fraude e a corrupção na utilização dos fundos da UE. O relatório confirma que os novos requisitos conduziram a importantes melhorias. A coordenação e o envolvimento de todos os intervenientes relevantes, bem como a partilha de informações e de boas práticas, são elementos decisivos para intensificar os esforços para proteger o dinheiro dos contribuintes da UE e garantir bons resultados para o investimento da UE.

No período de 2014-2020, no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), mais de 460 mil milhões de EUR em investimentos da UE estão a ajudar os Estados-Membros e as regiões a crescerem e a proporcionarem melhores condições de vida aos seus cidadãos.

Desempenham um papel fundamental no apoio a *start-ups* e na ajuda prestada às pessoas para que obtenham melhores qualificações e novos postos de trabalho. Ajudam as regiões a inovarem e a planearem o crescimento e o emprego para o futuro. Promovem a utilização limpa e eficaz dos recursos naturais. Aumentam o acesso à banda larga e a uma mobilidade mais adequada, especialmente nas regiões menos desenvolvidas da UE. Para muitos Estados-Membros, estes fundos representam a sua principal fonte de investimento público.

É por esta razão que é vital que cada cêntimo seja gasto para benefício dos cidadãos da UE, como um ato de responsabilidade para com os contribuintes europeus. Embora para o período de 2007-2013, com base em relatórios dos Estados-Membros, a percentagem estimada de suspeitas de fraude seja de 0,42% dos pagamentos da política de coesão, a Comissão impõe «tolerância zero» e está fortemente empenhada no combate à fraude e à corrupção que envolvam financiamento da UE.

Nível de risco de fraude nas categorias de risco



Para o efeito, assegura que os casos são investigados pronta e eficazmente e que os montantes gastos indevidamente são recuperados. É evidente que esta luta não pode ser ganha sem a cooperação dos Estados-Membros e das suas administrações, especialmente porque a responsabilidade pela gestão do financiamento é partilhada.

O combate à fraude e à corrupção de forma eficaz requer não só ações corretivas, mas também ações preventivas. Foram introduzidas novidades importantes a este respeito no quadro legislativo dos FEEI para 2014-2020, incluindo o reforço das operações de pista de auditoria dos fundos e de prestação de contas dos Estados-Membros e as atividades destinadas a reduzir a fraude e a corrupção. Em particular, o artigo 125.º, n.º 4, alínea c), do Regulamento Disposições Comuns exige que as autoridades de gestão implementem medidas antifraude eficazes e proporcionais, tendo em conta o risco identificado.

Uma medida de sucesso

Um relatório recente publicado pela Comissão proporciona um panorama útil do trabalho realizado até ao momento, identifica alguns exemplos das práticas existentes e formula uma série de recomendações quer para os serviços da Comissão, quer para as autoridades nacionais e regionais.

O estudo de levantamento abrange o conjunto dos 28 Estados-Membros e é baseado na análise documental e em entrevistas diretas. Foram recolhidos e analisados dados suplementares mais exaustivos para uma seleção de 50 programas operacionais, que representam uma vasta gama de setores e de objetivos temáticos e que abrangem a infraestrutura de transportes, o ambiente, os assuntos marítimos e as pescas, a educação, a competitividade e o desenvolvimento regional.

Uma das principais conclusões do relatório é que as novas disposições e medidas jurídicas tiveram um impacto positivo em termos do aumento da sensibilização e do número de ações específicas. Os requisitos conduziram a uma abordagem mais formalizada e mais sistemática para fazer face à questão a nível nacional e regional. Um exemplo importante é o processo de avaliação do risco de fraude que contribuiu para uma maior concentração nos riscos de fraude e de corrupção, criando simultaneamente ligações claras entre os riscos identificados e as medidas de mitigação. Graças a estas medidas, foram introduzidos novos controlos e procedeu-se a um reforço dos controlos existentes.

União de forças

Simultaneamente, o relatório sublinha uma maior necessidade de melhoria em termos da coerência, objetividade e proporcionalidade da avaliação. Na verdade, as autoridades dos Estados-Membros que apresentam indicadores de risco de fraude moderados e baixos tendem a avaliar os seus riscos como sendo mais elevados do que os apresentados pelos países com indicadores de risco altos. Graças a estas medidas, foram introduzidos novos controlos e procedeu-se a um reforço dos controlos existentes.

O envolvimento de várias autoridades, desde as responsáveis pela gestão dos fundos da UE até às instâncias responsáveis pela aplicação da lei, conduz a uma melhor coordenação das atividades antifraude e reduz os riscos de fraude. Todos os intervenientes devem fazer uma maior e melhor utilização dos instrumentos e informações, orientações específicas, formação e exemplos de boas práticas disponíveis.

O estudo de levantamento também preparou um compêndio de práticas identificadas pelos consultores. Apresenta exemplos de práticas antifraude que implicam medidas relevantes desenvolvidas a nível regional, nacional e da UE. O compêndio destina-se aos intervenientes dos FEEI e aos decisores políticos que estão a analisar formas de melhorar o respetivo sistema de gestão e controlo nacional no seu todo, ou em parte.

O combate à fraude e à corrupção é, mais do que nunca, um compromisso comum. Os exemplos apresentados no relatório mostram claramente que os esforços devem envolver todos os níveis e que os intervenientes devem estar bem coordenados. As ações devem ser cuidadosamente planeadas, concebidas e executadas, tendo em conta uma análise cuidada e prospetiva dos riscos. Este objetivo assumirá uma relevância crescente no futuro quando, de acordo com as propostas legislativas da Comissão para o período de 2021-2027, o controlo passar a depender ainda mais das autoridades nacionais e regionais. Estas disposições contribuirão para alcançar o objetivo comum de uma utilização mais eficiente e mais eficaz dos fundos em benefício dos cidadãos. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2RN29TA>

PONTO DE DADOS

Instrumentos financeiros de apoio aos objetivos da política de coesão

Em dezembro de 2018, a Comissão publicou a sua mais recente síntese anual de dados, destacando os progressos realizados na execução dos instrumentos financeiros (IF) no âmbito dos programas de 2014-2020. Tem conhecimento de que a síntese foi elaborada com base num conjunto de dados atualizado da Plataforma de Dados Abertos dos FEEI?

O mais recente relatório sobre os chamados «IF» revela progressos significativos no período de 2014-2020. No final de 2017, o total das contribuições afetadas aos IF ascendia a cerca de 18,8 mil milhões de EUR, envolvendo 24 Estados-Membros e incluindo 14,2 mil milhões de EUR dos FEEI. Isto representa um aumento significativo relativamente aos 13,3 mil milhões EUR registados no final de 2016.

No final de 2017, o volume total dos recursos afetados através dos IF já tinha ultrapassado este montante para todo o período de 2007-2013. Além disso, já tinham sido pagos 5,5 mil milhões de EUR aos IF, dos quais 35% foram distribuídos aos beneficiários finais.

As dotações mais elevadas para os IF são afetadas ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), sendo que o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo de Coesão (FC) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) também utilizam este tipo de financiamento.

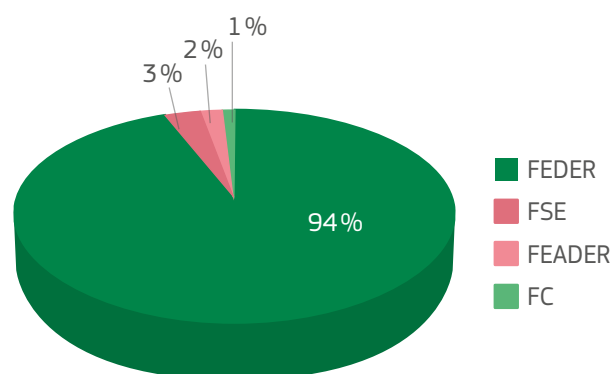
1. Quem terá interesse no conjunto de dados?

O conjunto de dados será do interesse de um conjunto de partes interessadas e investigadores no domínio da política de coesão. No final de novembro de 2018, cerca de 900 utilizadores tinham consultado o conjunto de dados e 150 investigadores e estudantes tinham-no descarregado.

A maior parte do financiamento destinou-se ao apoio a pequenas e médias empresas (56%), seguindo-se os investimentos na economia hipocarbónica (16% – principalmente em eficiência energética), a investigação, o desenvolvimento e a inovação (16%) e o emprego, a mobilidade laboral e a inclusão social (5%).

Estes dados facilitam o acompanhamento da utilização dos recursos financeiros da UE e nacionais atribuídos aos IF por cada fundo. Embora a perspetiva geral seja positiva, existem diferenças significativas entre os Estados-Membros em termos do funcionamento destes instrumentos. Alguns países da UE ainda não selecionaram os intermediários financeiros, enquanto alguns IF apresentam já resultados concretos na alavancagem dos recursos restituídos para novos investimentos, sendo que os mais adiantados estão a avançar já para uma segunda ronda de investimentos.

Montante dos FEEI afetado a instrumentos financeiros (milhões de EUR)



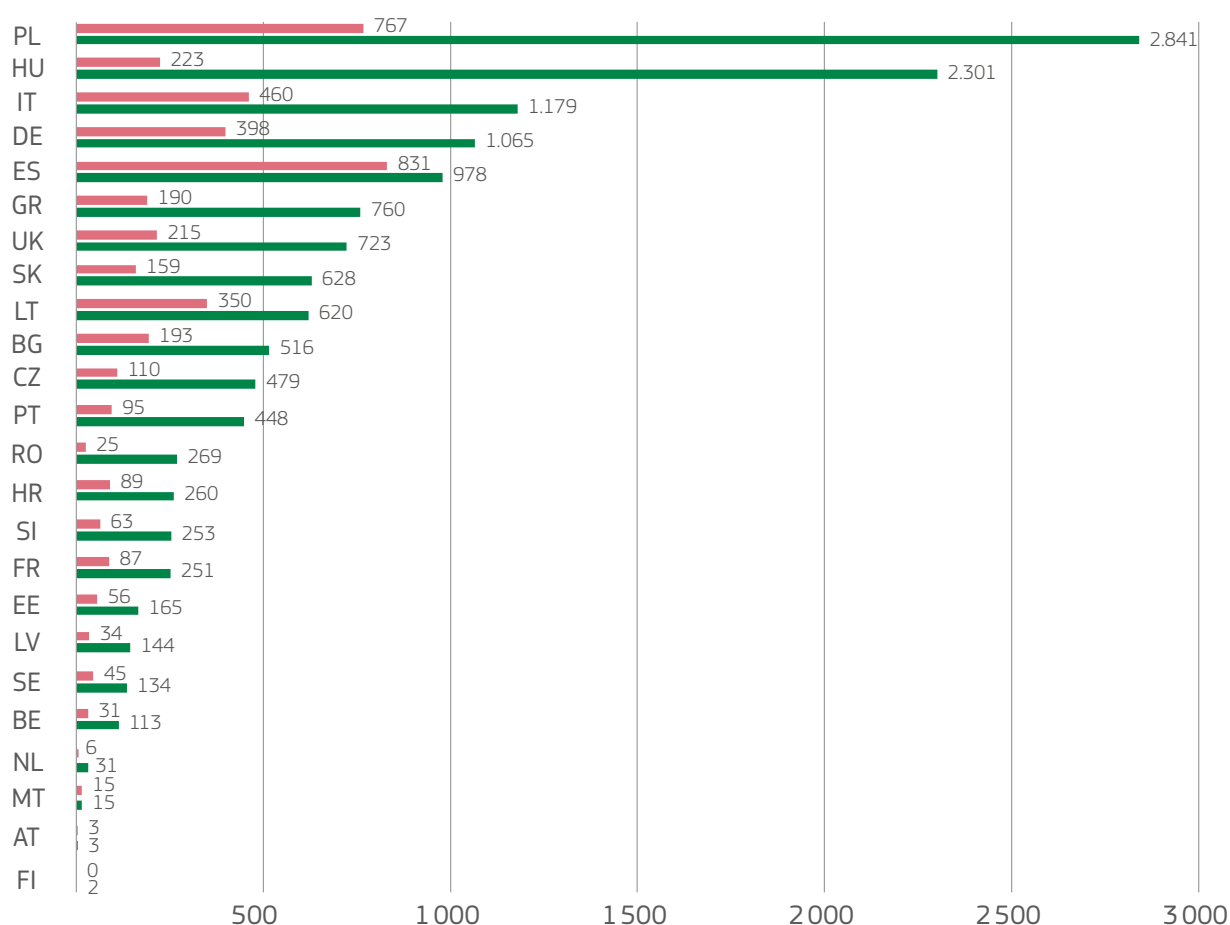
2. Como foram compilados os dados?

Em maio/junho de cada ano, os programas apresentam à Comissão um relatório sobre cada instrumento financeiro. A Comissão extrai os dados cumulativos anuais e apresenta-os num formulário harmonizado para permitir a comparação dos progressos efetuados a nível da execução ao longo do período. A Comissão trabalha continuamente com os programas para melhorar a qualidade dos dados comunicados. O conjunto de dados é atualizado regularmente de modo a refletir as correções ou as modificações.

EXPLORE OS DADOS NA PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS DOS FEEI:

<https://cohesiondata.ec.europa.eu/d/dcsc-7x87>

FEEI 2014-2020 – Montante da UE autorizado e pago a instrumentos financeiros – final de 2017




Existe algum tema que gostaria de ver discutido em futuras edições do PONTO DE DADOS da Panorama?

Existe algum conjunto de dados que gostaria que incluíssemos na Plataforma de Dados Abertos dos FEEI?

Se sim, escreva para: REGIO-EVAL@ec.europa.eu

Acompanhe o debate em: TWITTER [#ESIFOpedata](https://twitter.com/ESIFOpedata)

ou subscreva o nosso boletim informativo: http://ec.europa.eu/newsroom/index.cfm?service_id=788



Salvar o esturjão do Danúbio: a estratégia da ICPDR para o esturjão

O esturjão é uma espécie única de peixe cujas origens remontam a mais de 200 milhões de anos. Tendo sofrido um número muito reduzido de alterações morfológicas nesse período, o esturjão apresenta uma notável história de sucesso em termos de evolução. Atualmente, o esturjão é uma das espécies mais ameaçadas do mundo devido à atividade humana.

De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza, mais de 85% das espécies de esturjão são classificadas como espécies em risco de extinção, o que as torna num dos grupos das espécies com maior risco de extinção a nível mundial. As ameaças mais sérias à sua sobrevivência incluem a exploração excessiva, a pesca furtiva, as barragens que bloqueiam as suas rotas naturais de migração, a perda ou degradação de habitats e a poluição.

Os esturjões são indicadores valiosos de um ambiente fluvial saudável. A Comissão Internacional para a Proteção do Danúbio (ICPDR) reconheceu há muito a sua importância e adotou o esturjão nativo do Danúbio como a sua espécie emblemática. Desenvolveu uma estratégia destinada a aumentar a sensibilização para a situação do esturjão; promover projetos, iniciativas e diretivas da UE atuais e futuras para melhorar as condições ambientais do esturjão; e desenvolver soluções específicas para os problemas específicos que os esturjões enfrentam.

Em 2012, foi criado o grupo de trabalho dedicado ao esturjão do Danúbio pela ICPDR e por uma rede de entidades públicas nacionais e internacionais, ONG e instituições académicas com estes objetivos em mente. Desde então, o grupo procura

alcançar os objetivos da atual estratégia através da promoção do programa «Esturjão 2020». A ICPDR concluiu recentemente um acordo de subvenção com a DG REGIO para implementar um estudo de viabilidade sobre as opções de migração de peixes na Barragem de Iron Gate, situada entre a Roménia e a Sérvia, que constitui um sério obstáculo à sua rota para montante.

Outras medidas importantes do programa «Esturjão 2020» incluem a criação de uma instalação-piloto *ex situ* para espécies migratórias e o acompanhamento *in situ* dos habitats e do comportamento das populações ao longo do Danúbio e dos seus principais afluentes. A cooperação com as explorações piscícolas contratantes facilitará a elaboração de um inventário dos esturjões em cativeiro. ■

SAIBA MAIS

<https://www.icpdr.org/main/activities-projects/sturgeons-danube-basin>

PROJETOS

PME DINAMARQUESAS APRESENTARAM ALGUNS MOTIVOS DE REFLEXÃO

**INVESTIMENTO TOTAL
3 900 000 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
2 000 000 EUR**

Num esforço para ajudar as pequenas e médias empresas do setor alimentar da Dinamarca a superarem as barreiras que entravam o seu crescimento e desenvolvimento, surgiu um projeto financiado pela UE com uma estratégia apetecível.

O projeto «Experiências culinárias prósperas» está a ser organizado e executado pelo Centro Empresarial do Sul da Dinamarca, uma região que não tem uma gastronomia comum, mas que alberga uma grande variedade de tradições e de especialidades culinárias.

O projeto de quatro anos em curso destina-se a quatro principais domínios que requerem melhorias no setor alimentar: a qualidade, a internacionalização, a sustentabilidade e a produtividade.

A primeira tarefa consistiu estudar a forma como as PME podem certificar-se de que a proveniência dos ingredientes que utilizam e de que os produtos que desenvolvem são de elevada qualidade. O elemento da internacionalização consiste em incentivar as empresas a exportarem os seus produtos para países de toda a Europa, enquanto o foco na sustentabilidade visa incentivar um maior destaque nos produtos alimentares biológicos para promover uma melhor pegada ecológica e um ambiente mais sustentável.

A melhoria da estratégia para aumentar a produtividade é abrangida no quarto objetivo do projeto, que inclui encontrar soluções mais eficientes e mais inteligentes para que as empresas conduzam a sua atividade de forma eficiente e maximizem as suas vendas. Iniciativas como, por exemplo, associar a gastronomia local a narrativas e solicitar aos donos de restaurantes

que forneçam aos clientes informações de valor acrescentado sobre a refeição, destinam-se a oferecer aos consumidores uma experiência alimentar única e autêntica.

Receita para o sucesso

O Centro Empresarial não tem fins lucrativos e organiza *workshops* e retiros de aprendizagem, em que os participantes podem discutir os desafios comuns que enfrentam na região. Além disso, elaborou um processo de seleção para identificar empresas adequadas para participarem no projeto: das 160 PME consideradas, 70 foram selecionadas.

Os consultores do Centro Empresarial foram afetados às empresas selecionadas e atribuíram subsídios aos planos de negócios especializados das mesmas, oscilando entre 15% e 50% dos seus custos, em função da dimensão da PME e da estratégia proposta. Espera-se que o sucesso das PME participantes inspire outras pequenas empresas a centrar-se no desenvolvimento da sua própria estratégia empresarial, o que, por sua vez, impulsionará o crescimento em toda a região.

Graças a uma contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o projeto colabora atualmente com 31 PME. A longo prazo, espera-se que ajude 70 pequenas empresas a gerarem 20 milhões de EUR em receitas e a criarem 99 postos de trabalho. ■

SAIBA MAIS

<https://bit.ly/2RuxDtj>



PROJETOS

GRÉCIA E ITÁLIA UNEM FORÇAS PARA A PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

INVESTIMENTO TOTAL
1 300 000 EUR

CONTRIBUIÇÃO DA UE
975 000 EUR

O projeto OFIDIA, uma colaboração entre a região de Apúlia, em Itália, e a região do Epiro, no noroeste da Grécia, construiu uma infraestrutura de prevenção de incêndios transfronteiriça baseada em modelos de previsão gerados informaticamente.

A área transfronteiriça da Itália e da Grécia apresenta uma ecologia diversificada, com montanhas, zonas litorais e densas florestas de folhosas. Em consequência das temperaturas quentes, da seca, da negligência e do fogo posto, esta área é devastada por incêndios florestais todos os anos. As labaredas espalham-se rapidamente e são difíceis de conter.

Segundo os investigadores do OFIDIA, os elementos decisivos para conter com sucesso um incêndio florestal são a deteção precoce, a previsão precisa das condições meteorológicas, a coordenação das operações de combate a incêndios no solo e aéreas e a investigação forense das causas e dos danos causados. No entanto, nem sempre é fácil atingir este objetivo, especialmente nas florestas remotas de Itália e da Grécia, onde as torres de vigia e as equipas de combate a incêndios têm falta de pessoal devido a restrições orçamentais.

Além disso, os bombeiros no terreno necessitam de fácil acesso a previsões meteorológicas pormenorizadas, juntamente com dados visuais atuais da área operacional. Contudo, também devido a restrições orçamentais, a sala de comando da Unidade Regional de Bombeiros de Ioannina dispõe apenas uma ligação de voz sem fios para a equipa e não dispõe de dados visuais ou digitais da área.

Rumo à tecnologia

Os investigadores do OFIDIA recorreram às tecnologias para colmatar esta lacuna de recursos. A fim de permitir a deteção

precoce, o sistema instalou equipamentos automatizados com câmaras visuais e térmicas em toda a superfície arborizada. Estes equipamentos transmitem informações através de uma ligação sem fios a um dos cinco postos de comando centrais de última geração estabelecidos pelo projeto em Lecce, Brindisi, Bari e Ioannina, que as utilizam para coordenar as suas operações individuais de combate a incêndios.

O projeto também desenvolveu uma infraestrutura de TIC que disponibiliza mapas geográficos em linha com previsões meteorológicas avançadas, índices de perigo de incêndio e informações históricas sobre sensores meteorológicos, dados de previsão e ocorrências de incêndios florestais. Estas informações permitem que as partes interessadas preparem as suas atividades operacionais de forma mais eficaz, o que, em última análise, resulta na redução do número de incêndios anuais e na subsequente reabilitação do habitat natural.

O sistema OFIDIA contribui não só para a proteção das florestas da região contra fogos de mato, como também ajuda a criar uma qualidade de vida sustentável e prosperidade económica na região transfronteiriça.

Por exemplo, as previsões meteorológicas pormenorizadas geradas pelo sistema são disponibilizadas ao público e podem ser utilizadas com vista a um melhor planeamento das atividades e à proteção contra condições meteorológicas extremas. O projeto também incentivou uma colaboração mais estreita entre as autoridades de proteção civil italianas e gregas, a par de uma cooperação científica mais eficaz entre as instituições de investigação da área – tudo isto em benefício da população geral. ■

SAIBA MAIS

<https://www.youtube.com/watch?v=WVvF9IC-Z2c>

PROJETOS

RECICLAGEM INOVADORA RECUPERA TECIDOS EM FIM DE VIDA

**INVESTIMENTO TOTAL
4 480 000 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
1 905 000 EUR**

Graças a uma contribuição do Fundo de Coesão da UE, uma unidade de reciclagem em Krajné, na Eslováquia Ocidental, transforma resíduos de têxteis em produtos ecológicos inovadores para utilização nos setores da construção e dos transportes.

A pós a expansão e a modificação das suas unidades de produção, a empresa PR Krajné desenvolveu uma tecnologia exclusiva de transformação resíduos de têxteis sintéticos para criar produtos mais ecológicos e respeitadores do ambiente.

A empresa utiliza a STERED, a sua tecnologia patenteada, para reciclar tapetes e estofos de veículos em fim de vida, sobras provenientes da produção de novos veículos e borracha de pneus reciclados. O processo beneficia das características de resistência à humidade, ao desgaste e de reduzida inflamabilidade dos tecidos sintéticos utilizados na indústria automóvel que, devido à sua durabilidade, também os tornam difíceis de eliminar.

O produto final é o módulo STERED que possui propriedades de isolamento acústico e térmico e capacidade de retenção hídrica. A sua capacidade de retenção hídrica e de resistência às condições climáticas em todas as estações torna os módulos ideais para serem utilizados como base para telhados verdes, que também permitem o crescimento de ervas e de outras plantas.

Além de proporcionar um excelente isolamento e de ajudar a reduzir as faturas energéticas, o produto é atualmente utilizado com painéis fotovoltaicos para promover as energias renováveis, em consonância com as normas europeias de eficiência energética.

Tornar os espaços urbanos ecológicos

As propriedades de retenção hídrica e de supressão acústica também tornam os produtos STERED adequados para novas vias-férreas. As secções compostas por vias verdes absorvem as águas pluviais, libertando-as posteriormente através da evaporação, que arrefece e humidifica o ar, reduzindo o ruído e o pó a que são sujeitos os residentes locais e melhorando o ambiente urbano em geral. Estes módulos são também utilizados na construção de barreiras acústicas para infraestruturas rodoviárias e ferroviárias.

A fábrica entrou em funcionamento em 2012 e, em 2017, já tinha transformado mais de 1 780 toneladas de têxteis do setor automóvel. Com o aumento da procura, a fábrica prevê reciclar 700 toneladas de material este ano, aumentando para 1 750 toneladas em 2019.

Em 2018, o Fundo de Coesão da UE contribuiu para o emprego de 41 pessoas na empresa PR Krajné, com possibilidade para mais 25 postos de trabalho no próximo ano. ■

SAIBA MAIS

<http://www.stered.sk/?lang=en>

PROJETOS

PERSPETIVAS SAUDÁVEIS PARA A PRODUÇÃO FARMACÊUTICA NA POLÓNIA

**INVESTIMENTO TOTAL
2 300 000 EUR**

**CONTRIBUIÇÃO DA UE
855 000 EUR**

Um processo de produção inovador ajudou um fabricante de produtos farmacêuticos na região de Várnia-Masúriada na Polónia a desenvolver novos produtos e a tornar-se mais competitivo no setor farmacêutico do país.

Sendo uma novidade para os fabricantes de produtos farmacêuticos nessa região polaca, os equipamentos de produção totalmente automatizados produzem e embalam versões economicamente acessíveis de genéricos populares de analgésicos em comprimidos e em gel. Graças em parte ao financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Laboratório Galena Olsztyn (LGO) colaborou com a Universidade de Várnia-Masúriada na capital da região, Olsztyn, para desenvolver e fornecer as máquinas para as linhas de produção automatizadas.

O equipamento utilizado para produzir os comprimidos inclui uma estação de ancoragem para carregar ingredientes, um misturador de pó, uma máquina de compressão e de revestimento de comprimidos e máquinas de acondicionamento e embalagem automática de blisters. Atualmente, a linha produz analgésicos de paracetamol de 500 mg e de ibuprofeno de 400 e 200 mg do próprio LGO, comprovadamente populares entre os consumidores locais, pois não necessitam de receita médica e são mais baratos do que as marcas originais.

Uma segunda linha de produção – que inclui máquinas de misturar, de enchimento de tubos e de acondicionamento – produz géis anti-inflamatórios de cetoprofeno e diclofenaco de aplicação dérmica para aliviar a dor interna. Todos os medicamentos são baseados em fórmulas existentes cujas patentes expiraram. Consequentemente, o LGO conseguiu evitar os custos decorrentes da investigação, aumentando as suas receitas em cerca de 30%.

Manter um controlo rigoroso

Todos os equipamentos são inteiramente informatizados, permitindo que os trabalhadores do laboratório acompanhem de perto o processo de produção e economizem energia em comparação com a produção não automatizada de produtos farmacêuticos idênticos.

A fim de cumprir as normas exigentes da UE, as duas novas linhas de medicamentos genéricos de venda livre produzidos pela LGO têm de ser certificadas pelo principal serviço de inspeção farmacêutica da Polónia. Para o feito, o laboratório mantém um sistema de inspeção em todas as etapas da produção, desde a matéria-prima até a produção e embalagem.

As medidas de higiene previamente aplicadas garantem que os medicamentos não contêm microrganismos. Os trabalhadores têm de usar vestuário de proteção e entrar na zona de produção através de comportas estanques ao gás, e o ar na zona de produção e para as máquinas é filtrado continuamente.

Até o momento, estas inovadoras linhas automatizadas criaram 20 novos postos de trabalho para trabalhadores que também beneficiam de uma formação completa promovida pela equipa do laboratório para as operações na zona de produção do LGO. ■

SAIBA MAIS

<http://bip2.warmia.mazury.pl>

AGENDA

7 DE MARÇO

Bruxelas (BE)

Evento de alto nível: As mulheres na administração pública

22-23 DE MAIO

Bucareste (RO)

Conferência anual do Interreg

20-21 DE JUNHO

Bucareste (RO)

«Investir no nosso futuro partilhado: a 8.ª Conferência de Avaliação da Política de Coesão da UE»

7-10 DE OUTUBRO

Bruxelas (BE)

Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização dada às seguintes informações.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019

PDF: ISSN 1725-8154 KN-LR-18-067-PT-N

Reutilização autorizada mediante indicação da fonte.

A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Para qualquer utilização ou reprodução de fotografias ou outros materiais não abrangidos pelos direitos de autor da UE, é necessário obter permissão diretamente junto dos titulares dos direitos de autor.

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês, alemão, búlgaro, grego, espanhol, italiano, polaco e romeno. Está disponível em linha em 22 línguas no sítio: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em dezembro de 2018.

© União Europeia, 2018

Printed in Belgium

FOTOGRAFIAS (PÁGINAS):

Capa: © iStock/Meinzahn; Bilbao © iStock/LucVi; RegioStars © União Europeia; AEPC © União Europeia

Página 3: © União Europeia

Página 4: © União Europeia;

Página 5: © Ministério Federal da Sustentabilidade e do Turismo da Áustria, Margit Schörg

Página 6: © União Europeia

Página 7: © União Europeia

Página 10: Antuérpia © iStock / Argalis; Bilbao © iStock/LucVi; © iStock/Settantasette

Página 11: Maribor © iStock/mura; Lahti © iStock/DarthArt; Göteborg © iStock/mura

Página 12: © iStock/Meinzahn

Página 14: © iStock/SocjosensPG

Página 18: © União Europeia

Página 20: © União Europeia

Página 21: © União Europeia

Página 22: © União Europeia

Página 23: © União Europeia

Página 24: Cerimónia de entrega dos prémios RegioStars © União Europeia; © Centro de Negócios e Serviços Partilhados; © VTT Finlândia

Página 25: © Cidade estatutária de Ostrava - © iStock / FatCamera - © Nant Gwtheyrn; © Museu da Vista Alegre

Página 26: © União Europeia

Página 27: © União Europeia

Página 28: © Anina Vontavon

Página 29: © iStock/kyneshner

Página 30: © Iskra Tsankova

Página 31: © Aurore Dessaigne

Página 32: © União Europeia; © Martín Guillermo Ramírez © ARFE

Página 33: © Diana Zsoldos

Página 34: © União Europeia

Página 38: © União Europeia

Página 41: © União Europeia/Geert VandenWijngaert

Página 42: © Casa do Sul da Polónia

Página 43: © Associação das Autoridades Locais e Regionais da Finlândia

Página 44: © Castela-Mancha

Página 45: © iStock/weerapatkiatdumrong

Página 54: © iStock/wrangle

Página 55: © Projeto «Experiências culinárias prósperas»

Página 56: © iStock/mrak_hr

Página 57: © Juraj Plesnik

Página 58: © iStock/kfzsy

MANTENHA-SE LIGADO



ec.europa.eu/regional_policy
cohesiondata.ec.europa.eu



[@EUinmyRegion](https://twitter.com/EUinmyRegion)



[EUinmyRegion](https://www.facebook.com/EUinmyRegion)



[flickr.com/euregional](https://www.flickr.com/euregional)



[EUinmyRegion](https://www.youtube.com/EUinmyRegion)



[euinmyregion](https://www.instagram.com/euinmyregion)



[ec.europa.eu/commission/2014-2019/
cretu_en](http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu_en)
[@CorinaCretuEU](https://twitter.com/CorinaCretuEU)



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia
 Direção-Geral da Política Regional e Urbana
 Comunicação – Agnès Monfret
 Avenue de Beaulieu/Beaulieulaan 1 – B-1160 Bruxelles/Brussel
 Endereço eletrónico: regio-panorama@ec.europa.eu